



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS E RESPOSTAS COLETIVAS

**KARINE AMARAL DOS SANTOS PEREIRA
201334019-0**

**ALESSANDRA RINALDI
ORIENTADORA**

Rio de Janeiro
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**KARINE AMARAL DOS SANTOS PEREIRA
EXPERIÊNCIAS INSTITUCIONAIS E REPOSTAS COLETIVAS**

Monografia apresentada no
Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro como requisito
para obtenção do título de
licenciado em Ciências Sociais.

Banca Examinadora:

Alessandra Rinaldi
Orientadora

Fábio Henrique Lopes
Professor Convidado

Rio de Janeiro
Julho / 2017

AGREDECIMENTOS:

Neste espaço me dedico a demonstrar gratidão a certas pessoas que me ajudaram a tornar real não só a presente monografia como toda a minha jornada na graduação. A primeira palavra de agradecimento não poderia ter destino diferente. Agradeço a Deus todas as minhas vitórias e nesta tão significativa também atribuo todo o crédito a Ele. Em segundo lugar minha gratidão vai a minha família que me deram todas as possibilidades de fazer isso tudo real, o suporte financeiro e emocional para atravessar todas as barreiras que enfrentei durante esses quatro anos. Agradeço também a minha orientadora Alessandra Rinaldi por toda a paciência quanto as minhas dificuldades e inseguranças que não foram poucas, e pelo tempo dedicado a mim. Agradeço as minhas companheiras de jornada e de vida Ana Carolina Loureiro, Débora Suzano e Rachel Souza que em especial me ajudou a tornar isso mais fácil. Minha gratidão vai a todos que participaram desse momento direta ou indiretamente, com certeza essa experiência não teria sido tão maravilhosa quanto foi sem a participação de vocês. E agradeço muito a UFRRJ que foi minha casa durante tanto tempo e me acolheu tão bem.!

“O meu filho pequeno diz que quer volta pra casa dele que é ai né. Pra gente continua sendo o melhor lugar do mundo. Que muita gente diz que ai não é lugar pra crianças mas depende do mundo que a gente vive, daquilo que a gente quer e daquilo que a gente cativa e é isso que a gente vivia na rural. A gente aproveitava o que ela tem de melhor todo esse verde e esse espaço vai ficar pra sempre no meu coração e vai ser pra sempre o melhor lar que eu e meus filhos tivemos.”

(Suelem Predes, mãe e ex aluna da UFRRJ)

Resumo:

PEREIRA, Karine, Experiências Institucionais e Respostas Coletivas. Monografia Licenciatura em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro , 2016

A presente pesquisa pretende tratar sobre as experiências institucionais ocorridas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro traduzidas em situações de conflitos entre alunos e Instituição. Compreendidas a partir da ótica da violência institucional e também sua prática como restauradora da violência de gênero. Mapeando e compreendendo as funções, os limites de atuação da Instituição e os programas de assistência oferecidos aos alunos através de entrevistas e pesquisas virtuais nos dispositivos informativos da Instituição. Também aborda a prática real de atuação da Universidade no exercício da assistência aos alunos, a partir da análise de casos de violência e a partir da ótica das vítimas de violências por meio de entrevistas. Objetiva ainda compreender as respostas coletivas materializadas através da organização de grupos de militância que soam como alternativa a uma resposta institucional que não aparece frente aos problemas cotidianos. Analisando ainda os coletivos enquanto focos de resistência e pontos de apoio a partir da ótica dos próprios integrantes.

Palavras- Chave: Violência, Gênero, Instituição e Coletivos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 - UMA BREVE ANÁLISE TEÓRICA.....	11
1.1 - A construção histórica do termo.....	11
1.2 – Os movimentos feministas e a categoria de gênero.....	15
1.3 - Violência de gênero.....	17
2 – A UNIVERSIDADE.....	21
2.1 – Apresentando a UFRRJ.....	21
2.3.– A Pró- Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAS.....	22
2.3 – As cartilhas.....	26
2.4 – A dupla vitimização.....	28
2.5 - As sindicâncias e ação institucional.....	36
2.6 – Resposta institucional/ Próximos passos.....	39
3 – AS RESPOSTAS COLETIVAS.....	44
3.1 – Foco de resistência.....	44
3.2 – Apresentação os coletivos.....	49
3.3 – Redes de apoio e auto ajuda.....	51
4 – CONCLUSÃO.....	57

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo tratar sobre as experiências institucionais ocorridas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro traduzidas por situações de conflito, experienciadas nas relações entre os alunos enquanto corpo estudantil e a Universidade através dos órgãos que a compõe ou funcionários enquanto representantes institucionais. Posterior a isso pretende analisar as respostas coletivas que se constroem frente a um quadro de violência frequente e a ausência de um posicionamento de assistência da Universidade, através da organização estudantil em coletivos de militância que intervem no campus.

A violência é um tema frequente na UFRRJ principalmente no campus Seropédica, o qual pretendo me ater. Devido à recorrência de assaltos, furtos, violências simbólicas e físicas contra gays, lésbicas, pessoas transexuais e transgêneros, casos de assédio, tentativa de estupro e estupro. A comunidade universitária tende a atribuir diversos fatores como facilitadores de um quadro infamado de violência, que permeiam: a geografia do campus que conta com uma área extensa onde os prédios se encontram afastados uns dos outros, somado a uma falta de atenção e responsabilidade da reitoria quanto a segurança e a manutenção do mesmo, entre outros fatores.

A Universidade apresenta casos de violência de diversas categorias, porém ganha destaque pela frequência os casos de violência de gênero. A violência sexual que também aparece de forma frequente no cotidiano da Universidade costuma ganhar maior visibilidade inclusive para além de seus muros compondo inclusive manchetes de jornais. Mas a violência de gênero se materializa no cotidiano de forma muito mais sutil. Além na frequência dos casos, outro ponto levantado por toda a comunidade universitária é o tratamento que é dado frente a essas situações por parte da Universidade enquanto instituição.

Tratarei aqui primordialmente da atuação da Instituição na “resolução” dos casos que configuram violência de gênero onde que pressuponho que por muitas vezes

desempenha um papel reprodutor de violência no trato inadequado com as vítimas. Também abordei não só os casos em que a Universidade atua como reprodutora de uma violência já experienciada pelas vítimas mas também quando a Universidade é o primeiro agente produtor de violência.

Para o conhecimento dessas situações fui a campo em busca de entrevistas presenciais com os representantes institucionais, como uma maneira de conhecer as competências da Universidade enquanto responsável pela assistência aos alunos e diante das situações de violência, que serão abordados em todo capítulo 2. Na busca dessas informações me dediquei a análise de documentos encontrados também no <http://portal.ufrj.br> e também recolhidos na PROAES.

A minha necessidade de esclarecimento dos limites da Universidade enquanto responsável pelos estudantes diante de certas situações provém da minha experiência enquanto militante e integrante de movimentos feministas atuantes no campus. Dentro desses espaços há uma sensação de omissão e desamparo muito forte por parte da Instituição e por consequência a isso é propagado um discurso atribuidor de responsabilidades a mesma.

Como maneira de conhecer a atuação da assistência estudantil para além de uma ótica institucional e burocrática, parti para a busca de um conhecimento real de casos a partir dos relatos das próprias vítimas. Serão ilustrados no capítulo 3, através dos depoimentos dados por meio de entrevistas via aplicativo de rede social concedidas pelas próprias vítimas.

Como ferramenta para tratar essa violência produzida pela Universidade, partirei da ótica da violência institucional. Utilizando os estudos de Janaína Aguiar (2010) ao tratar da violência institucional nas maternidades públicas a partir de um ótica de gênero, compreendo o termo enquanto uma violência fundamentada no centro das relações de poder desiguais.

Para tratar sobre essas relações de poder desiguais, assim como Aguiar (2010) compreenderei a significação de poder e de relações de poder a partir da

elaboração de Michel Foucault (1999) concebendo poder como algo que se encontra em todas as relações sociais uma vez que é produzido por todos. Que de maneira instável que se materializa nas relações enquanto estados de poder. Foucault também acredita que onde há poder, há resistência, isso significa que a resistência pode estar presente em todas as relações de poder.

Materializando as teorias de Foucault no campo da presente pesquisa, a resistência que funciona como resposta opositora a uma relação de poder estabelecida, se traduz na formação de grupos organizados que atuam enquanto resposta a essa relação desigual hierárquica que se materializa aqui na relação entre Instituição e estudantes

A organização dos estudantes intervendo enquanto militantes no campus como um ponto de resistência, levantando suas pautas e reivindicando suas demandas, serão abordados no capítulo 3. Fazendo uma referência ao movimento feminista e seus marcos históricos, tratados no capítulo 1, até os dias de hoje. Além da resistência também parto da premissa que os coletivos também funcionam como ponto de apoio, buscando essa análise a partir de um aprofundamento nos coletivos COPAMA e Coletivo de Mulheres da UFRRJ através de entrevistas a integrantes de ambos.

Como forma preparatória para a introdução na pesquisa de campo ao tratar de uma violência institucional restauradora da violência de gênero que é produzida no meio das relações sociais da vida acadêmica. Preparei no capítulo 1 uma análise teórica sobre o entendimento do termo gênero, onde me respaldo da compreensão de Judith Butler (2014) que assume gênero como uma norma, que opera como uma ferramenta do padrão de normalização atuante nas práticas sociais.

Parto para campo não como uma concepção pré estabelecida sobre violência de gênero, no objetivo de dar espaço as definições que serão oferecidas pelas vítimas ou participantes de situação de conflito a fim de analisar essas situações a partir da ótica participante. Assim é válido ressaltar que não se faz presente em todos os discursos das vítimas, os que são apresentados aqui, o termo

“violência”. Muitas vezes essas situações são experienciadas enquanto momento de constrangimento e humilhação.

A escolha do tema foi feita a partir da minha vivência na UFRRJ fazendo parte, mesmo que por um período breve, do movimento “Me Avisa Quando Chegar” e outros grupos políticos que intervinham no campus. As experiências que vivenciei enquanto militante foram enriquecedoras. Por conta da inserção dentro desses grupos senti a necessidade de conhecer a fundo e entender a realidade dinâmica que havia por trás dos discursos perpetuados no meio. Meu caminho teve como princípio uma experiência prática que por sua vez me levaram a um debate teórico.

1- UMA BREVE ANÁLISE TEÓRICA

1.1 – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERMO

O termo gênero surge em 1963 no Congresso Psicanalítico Internacional em Estocolmo, primeiramente na busca do psicanalista estadunidense Robert Stoller pela distinção de natureza e cultura formulando o conceito de “identidade de gênero”. Segundo Stoller o termo compreendia o resultado da forma biológica dos corpos somados as atribuições de normas designadas pela cultura em que estão inseridos. Em outras palavras o que a natureza era capaz de determinar na formação dos corpos é o sexo que o pertence; feminino ou masculino.

Thomas Laqueur (2001) em sua obra Inventando o sexo se propõe a fazer uma análise da variação dos sentidos de sexo no ocidente desde o século XVII com os debates sobre a relação do orgasmo feminino com a concepção até os dias de hoje. Discorre sobre os estudos e descobertas sobre o corpo feminino citando nomes como Galeno e Aristóteles para apresentar um período em que acreditava-se que mulheres tinham a mesma genitália que homens porém essas, com a disposição interna da estrutura e homens a disposição externa.

Mais a frente, por volta do final do século XVIII, caminhando ao passo das “descobertas” dos órgãos femininos, suas funções e a disposição de sua estrutura, os acadêmicos inventaram o dimorfismo sexual, selando assim uma diferença radical na relação homem/mulher a partir de seus corpos. Segundo Laqueur (2001)

Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau e perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja a causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem. (LAQUEUR, 2001, pg 17)

Laqueur mostra como posteriormente, o modelo de um “sexo único”, substituído pelo “de dois sexos” passou a ser usado como uma marcação diferencial e produção da inferioridade da mulher, com base em seu corpo. O autor mostra como no final do século XIX, Patrick Geddes justificou, por exemplo papéis sociais de homens e mulheres a partir de uma análise baseada na fisiologia celular dos corpos.

A partir da invenção dos sexos no mundo ocidental os sujeitos são designados e naturalizados a partir de seus corpos, tornando-se assim homens ou mulheres. Entretanto, esse discurso foi problematizado no âmbito as Ciências Humanas e Sociais em meados do sec. XX. Em razão disso, Robert Stoller (apud Piscitelli 2009) ponderou que os indivíduos ao serem inseridos em um meio social são construídos em conformidade com normas sociais, variantes a partir do tempo e espaço.

Seu objetivo ao separar as diferenças entre natureza e cultura era mostrar como o sexo biológico de um indivíduo não determinava diretamente sua identidade de gênero. Indivíduos nascidos com genitais masculinos poderiam não se identificar com o que é ser homem de acordo com seu meio social, assim como também alguém com genitais femininos poderia ter sua “identidade de gênero” associada ao outro sexo. Isso seria possível, segundo o psicanalista, já que os definidores de gênero são adquiridos não de uma forma natural, mas através de um aprendizado cultural.

Mais adiante o termo ganhou visibilidade e espaço nos debates das teorias sociais a partir dos discursos feministas da década de 1970. Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj em Estudos de Gênero no Brasil (1999) relatam como o termo gênero ganhou espaço na academia brasileira também a partir da substituição do termo mulher, transformando-o assim como identificador de uma determinada área de estudo no país. Impulsionado como nos Estados Unidos pelo diálogo com as acadêmicas feministas, o gênero se torna uma categoria de análise que favoreceu a aceitação acadêmica da área de estudo, despolitizando uma problemática trazida pela utilização do termo “mulher” provinda do movimento feminista.

O esforço em construir uma problemática sociológica diferenciada do problema político trazido pelo feminismo caracteriza boa parte dos esforços de institucionalização desta temática. (HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila; Estudos de Gênero no Brasil, 1999, pg 4)

Segundo Joan Scott (1995) o uso mais recente do termo apareceu primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Scott acreditava que o uso mais simples e recente do termo era sinônimo de mulher, que passou a ser substituído por gênero pela busca de uma legitimidade acadêmica dos estudos feministas.

A substituição dos termos “mulher” por “gênero” trazia uma imparcialidade aos estudos uma vez que era capaz de incluir a “história” sem assumir como ponto de partida o feminino como um sujeito político. Scott também afirmava que para além desta primeira ótica, a substituição do termo também sugere a ideia de dependência entre as interpretações da noção de homens e mulheres onde o estudo de um sexo implica no estudo do outro.

Para a autora, com intuito de traduzir as relações entre os sexos, gênero também recusa qualquer tipo de explicação baseada no determinismo biológico como, por exemplo, as designações de papéis a partir do sistema reprodutor feminino.

É possível apreender que o termo sofreu alterações de sentido desde a sua invenção até o momento presente. Sendo assim, para compreensão e aplicação do termo gênero na presente pesquisa pretendo me amparar na filósofa estadunidense Judith Butler e suas reflexões sobre o tema.

Butler assume gênero não como o resultado de uma leitura interpretativa cultural sobre o sexo, elemento biológico e fixo de um corpo; mas sim como um fenômeno performativo que produzimos e reproduzimos todo o tempo. Distante da leitura feminista da distinção de sexo e gênero, assume os dois conceitos como artifícios flutuantes. Gênero não é construído como resultado de uma interpretação cultural do sexo, uma vez que sexo não é uma categoria fixa ou

um plano politicamente neutro onde age a cultura, na verdade sexo é construído. O corpo não existia em um plano significável antes da atribuição de uma classificação do seu gênero, ele não era “entendido” como tal até possuir um gênero. Logo a atribuição do sexo a um corpo físico também passa a ser uma interpretação formulada com a influência de fatores culturais.

“Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.” (BUTLER, Judith; Problemas de gênero, pg 15, 2003)

Butler em Regulações de gênero (2014) assume gênero como uma norma que governa a inteligibilidade social da ação, permitindo que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas no domínio social. Assumir gênero como uma norma é dizer que ele opera como uma ferramenta do padrão de normalização atuando sobre as práticas sociais. Dialoga com a ideia de Foucault que no meio social há tipos de regulação dentre elas a que trata de regulação do gênero, como se o poder regulador em suas características influencia outros tipos de normas sociais e culturais da mesma maneira que influencia gênero, assumindo-o assim apenas como parte de uma operação reguladora de poder mais ampla. Para Butler na verdade o poder regulador que governa o gênero é ele próprio generificado, o gênero requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinador. Gênero é culturalmente formado mas também funciona como um elemento regulador de agência e liberdade.

Assim assumindo gênero como uma norma social, uma ferramenta de regulação das práticas sociais, criamos a capacidade de perceber sua prática normalizadora em diversos lugares que nos deslocamos dentro da nossa vida social.

À primeira vista, o termo “regulação” parece sugerir a institucionalização do processo pelo qual as pessoas são tornadas normais. De fato, referir-se à regulação no plural já é reconhecer que são essas leis, regras e políticas concretas que constituem os instrumentos legais pelos quais as pessoas são tornadas normais. (BUTLER, 2014, pg 251)

Butler (2014) trata como a regulação do gênero atua sobre os corpos por meio de instâncias legais empíricas já que são essas que tornam a normalização proposta pelo gênero como legal. Mas também reflete sobre como seria um equívoco compreender as maneiras que gênero é regulado unicamente por meio dessas instâncias já que as normas que orientam as próprias regulações superam as próprias instâncias nas quais são corporificadas. As instituições sociais ao passo que são orientadas pelo gênero como uma ferramenta do padrão de normalização também atuam de forma empírica e legal como um meio pela qual a regulação do gênero influem sobre os indivíduos. Em poucas palavras a regulação atua e normaliza indivíduos e instituições onde um infere sobre o outro. As Instituições abordadas na pesquisa, significadas como representantes do poder público, não funcionam de maneira diferente afinal estão inseridas no mesmo meio social e submetidas aos mesmos tipos de regulação. Diante disso também estão sujeitas as mesmas práticas de violência que um “tipo regulação” pode produzir.

1.2 - OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A CATEGORIA DE GÊNERO

O movimento feminista surge segundo XX ano na chamada “primeira onda” nas últimas décadas do século XIX primeiramente na Inglaterra pela busca das mulheres por direitos políticos igualitários e o primeiro deles a ser reivindicado foi o direito ao voto. Assim como na Inglaterra o movimento se manifestou na Europa, Estados Unidos e até mesmo no Brasil, também aos moldes da busca por direitos políticos entre todos o primeiro conquistado também foi o voto. A primeira onda do movimento foi caracterizada pelo foco das reivindicações contras as desigualdades discriminatórias entre homens e mulheres. Na “segunda onda” o movimento reaparece apenas na década de 60 agora não apenas discutindo relações de poder político na esfera pública entre homens e mulheres mas também com um caráter libertário buscando um novo modelo de relações entre ambos onde as mulheres possuam total autonomia sobre suas vidas e corpos.

Segundo Adriana Piscitelli (2009) esse ressurgimento do feminismo foi marcado

pelo lançamento do livro *O Segundo Sexo (1949)* escrito pela filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir que debatia a questão da mulher abordando a dominação masculina. Para Beauvoir o papel assumido pela mulher na sociedade é fruto de uma construção social, isso quer dizer que nenhuma questão biológica é capaz de ser definidora do espaço assumido pela mulher socialmente. Esse espaço é definido a partir da construção do ser mulher e isso seria capaz de explicar a dominação masculina. Foi nessa obra que ficou conhecido um conceito norteador do movimento feminista da década de 60; *“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”*. Assumindo o pressuposto do ser mulher como uma construção social e não uma definição fixa, natural e biológica era compreendido que o que não é fixo pode ser mutável.

De acordo com Piscitelli (2009) o pensamento feminista se ocupou não apenas com reivindicações sobre o exercício dos direitos iguais, mas também com as raízes culturais dessa desigualdade. Como um passo do movimento criou-se a categoria mulher como um sujeito político na busca de uma identidade coletiva que representasse a conexão de todas as mulheres que seria a vivência da opressão patriarcal.

O movimento era construído por diversas linhas teóricas, porém existia a ideia em comum do espaço social subordinado aos homens que as mulheres ocupavam. *“O patriarcado é um sistema social no qual a diferença sexual serve como base de opressão e da subordinação da mulher pelo homem”*. (PISCITELLI, 2009). A ideia que vigorava então era de que as mulheres eram oprimidas independentes das suas diferenças de classe, raça, tempo ou cultura.

O reconhecimento como sujeito político da categoria mulher baseava na premissa que a semelhança que as une é maior do que as diferenças que poderiam as separar. Assim as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e essa opressão era definida a partir de suas experiências afirmadas por elas mesmas como opressoras no meio social, isso abarcava relações com o masculino em todas as esferas sociais seja na vida pública ou privada. Dessa forma o “político” passou a ser definido a partir de qualquer relação de poder entre homens e mulheres. Posteriormente a ideia de um sujeito coletivo passou

a ser criticada principalmente pelas feministas negras dos Estados Unidos, pois no intuito de destacar o comum entre elas congelavam suas diferenças, e logo trouxeram para dentro da discussão os fatores como classe e raça.

A terceira onda do movimento feminista é caracterizada pela consciência da categoria mulher não mais como um corpo único capaz de ser representado de forma unificada, mas como uma categoria heterogênea com demandas e vivências diversificadas. De acordo com Siqueira (2015) trata-se de reivindicar a diferença na diferença, as mulheres não são iguais aos homens apenas pois também não são iguais entre si variando sua significação de ser mulher de acordo com elementos como raça, classe localidade ou religião

Nesse momento cria-se a consciência da prática excludente que o movimento feminista de primeira e segunda onda exercitava quando pautavam demandas das mulheres brancas, bem-educadas e de classe média como as sufragistas e não supriam as necessidades de outras mulheres com características diversas. Siqueira (2015) afirma também que a partir dessa tomada de consciência que grupos como de mulheres negras, lésbicas e trabalhadoras rurais ganham notoriedade e espaço no movimento feminista.

A compreensão da criação do termo gênero, sua significação e desdobramentos resultantes de um desenvolvimento de estudos acadêmicos, que caminharam junto ao movimento feminista e sua progressão ao longo das décadas constroem um importante alicerce para uma análise sobre quadros da situação da mulher e/ou do feminino em um espaço social contemporâneo como o da presente pesquisa.

1.3 - VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Pensar a violência de gênero direcionada ao universo feminino no espaço social de uma Universidade Federal em Seropédica Rio de Janeiro, requer uma apreensão de sentidos para esses termos Tentar entender os sentidos para violência de gênero me auxilia na posterior reflexão dos elementos encontrados no campo da pesquisa sobre os temas em voga

Sendo assim, entendo que não existe um conceito fixo e estabelecido de violência de gênero. Desta maneira evito abortar as possibilidades de reflexões e análises, sobre o campo observado nas situações de violência vividas e pensadas no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por vítimas, agressores ou profissionais da Universidade

De acordo com Heilborn e Sorj (1999) os estudos sobre a violência de gênero nascem também sob inspirações das reivindicações do movimento feminista. A contribuição dessa perspectiva de gênero sobre a temática da violência é que ela não é oriunda apenas das desigualdades de classe, mas é passível de se manifestar a partir de relações de toda a esfera social e escapa da atuação do Estado.

As autoras acreditam que a posição especial que o tema da violência dentro dos estudos de gênero ocupou aqui no Brasil se deve ao fato da violência doméstica ou conjugal ser um dos elementos catalisadores da identidade do feminismo nacional. Organizam então os estudos sobre esse ponto em três diretrizes. A primeira diretriz de estudos se atenta sobre como a justiça atua nos casos enquadrados como violência contra a mulher, tratando do fato de como as desigualdades entre os gêneros são reproduzidas no âmbito do Poder Judiciário.

A segunda diretriz dedica-se ao debate sobre a possível cumplicidade ou vitimização feminina acerca da violência, a partir a proximidade com os discursos feministas. A terceira trata das agências que atuam nesse campo como ONGS, delegacias e equipamentos sociais pertinentes. Os termos foram analisados juntos não apenas nesses cenários. De acordo com a antropóloga Cinthia Sarty (2009) a conexão entre gênero e violência de gênero na área da saúde deveu-se à ao impacto que as reflexões sobre os temas tiveram no campo jurídico e em âmbito dos movimentos sociais de cunho identitário e suas formulações sobre a noção de direitos reprodutivos e sexuais.

Em seu campo de pesquisa, Sarty (2009) afirma que a noção de violência encontrada nos discursos médicos se referem primordialmente à violência

doméstica e familiar. Essa concepção atribui uma certa fragilidade e vulnerabilidade no perfil da possível vítima, que precisa ser alguém passível de sofrer um ato violento; o que deslocou o olhar para mulheres, crianças e idosos.

Sendo assim homens não eram considerados como pessoas vulneráveis passíveis de sujeição, o que gerava uma impossibilidade de tê-lo como vítima. Em face deste cenário, a autora ainda afirma que a identificação feminista do sujeito homem como agressor não só o naturalizou nessa posição como também fixou a mulher na posição de vítima. “Perdeu-se a dimensão relacional tanto da categoria gênero, pela ênfase na vitimização feminina (Gregori, 1993), quanto do próprio fenômeno da violência, pela cristalização dos lugares de vítima e agressor”. (SARTY, 2009, pg 97)

A violência de gênero em âmbito da saúde é abordada também por Aguiar, D'Oliveira Schraiber (2013). As autoras tratam da violência institucional nas maternidades a partir da relação da autoridade médica e poder, e conseguem perceber que a prática da violência institucional é reconhecida e admitida como recorrente pelos entrevistados (profissionais da saúde) apesar da definição do que seria essa violência nos discursos ter um limite pouco claro. De acordo com as pessoas entrevistadas por essas pesquisadoras “violência” geralmente é relacionado a violência física de modo geral e a violência contra a mulher relacionado a violência doméstica e sexual. Foi percebido que o reconhecimento de quando essa violência é prática depende de um julgamento do profissional (agressor) sobre a situação em que se encontra e sobre o paciente (vítima). Se o profissional julgar necessário a partir do comportamento do paciente uma atuação “mais severa”, e isso inclui gritos e ameaças, sua atitude não seria julgada como violência, mas sim um meio necessário para o fim. De um agressor, na área da saúde, na verdade seria considerado um bom profissional. Porém ao mesmo tempo o mesmo tipo de comportamento seria considerado violência pelos entrevistados se não houvesse o julgamento sobre o paciente anteriormente e a sentença do tipo e tratamento que deverá receber.

A partir dessas reflexões teóricas considero ser de extrema relevância a problematização da vitimização feminina, ampliando a possibilidade de refletir

sobre a *agência*(Das, 2001) das pessoas que compõem as relações entre os gêneros¹. Além disso, nesta monografia rumo a partir da perspectiva que me leva a compreender como as relações violentas entre os gêneros se materializam em práticas institucionais produzidas, por exemplo, por agentes do poder público. Sobre as resistências que surgem como resposta a violência de gênero, abordei no capítulo 3 da presente pesquisa a organização de mulheres no campus da UFRRJ em forma de coletivos femininos e feministas que atuam de forma significativa na comunidade universitária.

No capítulo seguinte busco identificar e compreender as formas de assistência estudantil que a Universidade enquanto instituição oferece aos alunos, principalmente aquelas direcionadas as vítimas de violência. Através de mecanismos informativos disponibilizados pela Instituição aos alunos e também através de uma intervenção nos órgãos administrativos responsáveis. O objetivo é compreender as competências e responsabilidade institucionais da Universidade frente as situações de violência.

2 - A UNIVERSIDADE

2.1- APRESENTANDO A UFRRJ

¹ O trabalho de Veena Das nos faz refletir sobre uma subversão aos papéis de gênero e suas possíveis agências. Veena Das (2011) aborda a violência produzida através dos papéis de gênero no contexto da Partição da Índia em 1949. Por meio da história de Asha, uma jovem viúva de casta alta que viveu com seu marido e os dois irmãos mais velhos e suas esposas no lar ancestral em Lahore, a autora aborda como a mudança na situação de Asha de uma mulher casada para uma viúva sem filhos, levando em consideração ao momento histórico que se situava, produziu um sofrimento a mesma pela mudança na organização de suas relações parentais de acordo com o papel social que uma mulher em suas condições deveria assumir dentro de sua cultura.

As complicações na relação com sua família conjugal e a resistência de sua família de origem por parte de seu irmão, impulsionou uma atitude de resistência ao destino de seu papel social em busca de uma reorganização de sua vida naquela sociedade.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro nasceu em 1910 provinda da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária – ESAMEV, criada através do decreto nº 8.319 de 20 de outubro de 1910, assinado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha e pelo Ministro da Agricultura, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. A escola fundada para funcionar como referência no ensino agrícola no país era direcionada para a formação de quadros administrativos, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No que se refere a sua sede ocorreram algumas mudanças até a sua instalação às margens da BR-465 antiga rodovia Rio São Paulo, endereço do qual nós conhecemos nos dias de hoje. Em sua origem oferecia apenas os cursos de engenharia agrônoma e veterinária., Nos dias de hoje oferece em torno de 29 cursos de graduação e 16 programas de pós-graduação *strictu sensu* (8 de mestrado e doutorado, 7 mestrados acadêmicos e 1 mestrado profissionalizante, contando com os campus de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes.

Hoje, além do reconhecimento por sua trajetória e desenvolvimento enquanto espaço de ensino e produção, a UFRRJ também ganha destaque quando tratamos do tema violências, de diversos tipos. Crimes contra o patrimônio, assaltos, estupros, violências simbólicas e físicas contra gays, lésbicas e pessoas transexuais e transgêneros vem ocorrendo no campus de Seropédica, onde será o foco desta pesquisa.

A comunidade universitária tende a atribuir diversos fatores para a compreensão dessa recorrência dos casos de violência como, por exemplo: a enorme extensão do campus universitário somado a falta de manutenção do mesmo, a falta de medidas punitivas aos agressores e o reconhecimento da instituição, o número restrito de guarda universitária, dentre outros.

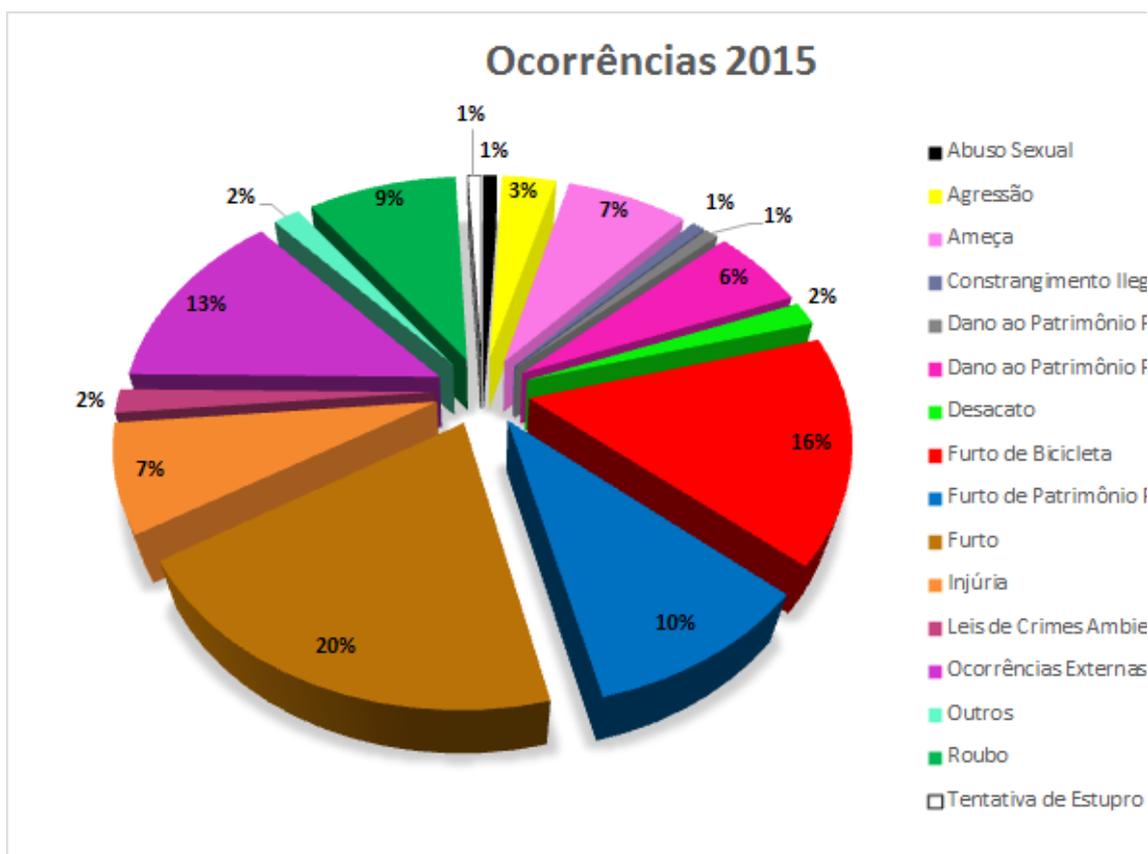


Figura 1: Ocorrências DGV 2015 - última disponibilizada

É importante ressaltar que o gráfico acima é disponibilizado no portal.ufrj.com, no espaço dedicado a Divisão de Guarda e Vigilância (DGV) e elaborado pela mesma. Os dados sobre ocorrências compreendem os anos de 2001 até 2015, contendo apenas aquelas registradas pela DGV que não expressa toda a violência ocorrida no espaço.

Porém pretendo ater-me especificamente às situações de violência sofridas por pessoas do gênero feminino dentro no campus. Além disso, é propósito compreender se foram acolhidas pelos órgãos da UFRRJ responsável pela gestão de assuntos estudantis, se procuraram essas entidades e pessoas e como se sentiram perante as respostas institucionais recebidas.

2.2 - PRÓ REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS- PROAES

A UFRRJ oferece assistência estudantil com ações e programas ofertados pela PROAES voltados para garantir a permanência dos estudantes na Universidade. A busca pela compreensão dos processos administrativos e burocráticos da Universidade, enquanto Instituição e sua relação com o corpo universitário será

feita primeiramente partindo dos serviços prestados pela PROAES de acordo com o entendimento da função do órgão dentro da universidade. Como está discriminado no portal.ufrj.br:

“A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) é um órgão da Administração Central, subordinado à Reitoria da UFRJ, que tem por finalidade propor, planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar as políticas, programas e ações de assistência estudantis voltadas à permanência do estudante na Universidade, como também à melhoria do seu desempenho acadêmico e à redução dos índices de evasão, retenção e repetência. Com atuação nas áreas da residência estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.”

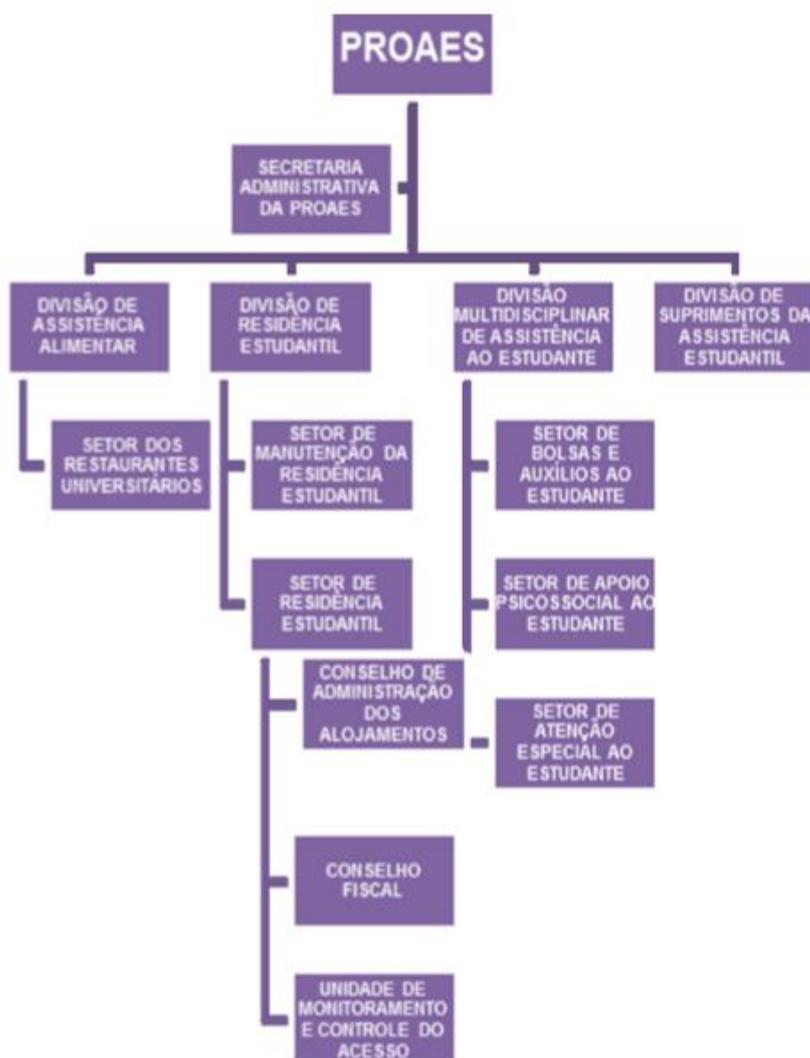


Figura 1: Organograma PROAES- retirado da Cartilha 2014

Como primeiro passo para conhecer essas possibilidades de assistência optei por buscar informação através do portal.ufrj.br, compreendendo a internet como ferramenta informativa mais acessível. Em busca de informações, da compreensão do funcionamento e das competências da assistência estudantil agendei uma entrevista com a Pró-reitora Adjunta de Assuntos Estudantis Juliana Arruda, que aconteceu na presença também do Pró-Reitor de Assuntos Estudantis. Após minha apresentação como aluna da graduação do curso de Ciências Sociais, informei buscar informações sobre a assistência estudantil da Universidade para pesquisa de monografia cujo tema era violência de gênero² e a violência institucional³ no campus Seropédica. A Pró-Reitora afirmou que não se sentia confortável de falar sobre a temática, alegando já ter enfrentado problemas de deturpação de informações fornecida em entrevistas anteriores. Ofereceu-me o regimento do órgão e o envio de documentos informativos e oficiais da PROAES, que serão abordados mais profundamente posteriormente.

O primeiro documento é uma proposta de minuta de deliberação de uma Política de Acolhimento às Pessoas em situação de violência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e o segundo, um relatório do trabalho da Comissão

² Considero que a violência de gênero decorre de um discurso que posiciona diferencialmente o masculino e o feminino, Levo em conta que pode ocorrer quando um dos pólos considera que o outro foge dos padrões prescritos, ameaçando assim a auto representação e autoavaliação. (cf. Moore, cadernos pagu (14) 2000: pp.13-44.)

³ Tomo como violência institucional a partir da ótica de Janaína Aguiar (2010) ao tratar da violência institucional nas maternidades públicas. "(...) uma violência que ocorre no seio de relações de poder desiguais: as relações de gênero e a relação profissional de saúde e paciente."

instituída para propor a Política de Acolhimento às Pessoas em situação de Violência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Sobre a resistência demonstrada pelos representantes da PROEAS, pressuponho ser consequência de um relacionamento nem sempre bem sustentado entre a Universidade e os alunos, principalmente as militantes feministas que se organizam dentro do campus. Diante dos quadros de violência de gênero de grande recorrência no ambiente universitário as ações da Universidade, representada dentro desse contexto pela PROAES, foram muito criticadas e contestadas por essas militantes. Percebo, não só como pesquisadora, mas também como aluna com uma breve experiência na militância das mulheres na Universidade, uma grande dificuldade na disponibilização de informações sobre as possibilidades de medidas que devem ser tomadas de maneira institucional pela universidade e também sobre as dificuldades encontradas pela mesma em sua atuação frente aos casos de violência.

Em razão desse suposto embate tratarei no capítulo três dessa monografia da organização da comunidade universitária através de coletivos feministas que visam visibilizar as demandas cotidianas no que tange à violência contra a mulher no campus.

2.3 - AS CARTILHAS

Para além das informações do portal da Universidade minha pretensão era buscar compreender o funcionamento prático da PROAES no exercício da assistência estudantil mapeando programas oferecidos, órgãos responsáveis, medidas de assistência frente a vítimas de violência, medidas preventivas, entre outros processos de sua competência por meio de entrevistas aos responsáveis pelo órgão administrativo. Na busca por essas informações também analisei três cartilhas temáticas disponibilizadas impressas de forma gratuita na sala da PROAES. Cada uma delas tituladas como: Restaurante Universitário, Divisão Estudantil e Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante – DIMAE-.

A primeira cartilha se restringe às informações sobre o Restaurante Universitário como; horário das refeições, principais funções do restaurante, informações sobre cardápio e apresentação dos profissionais responsáveis pelo funcionamento do mesmo.

A segunda cartilha, Divisão Estudantil, se restringe às informações sobre a Residência Estudantil (os alojamentos) apresentando sua estrutura, serviços e o funcionamento mencionando também a Comissão de Administração do Alojamento apresentado da seguinte maneira:

“O Conselho de Administração dos Alojamentos (CAA) é composto pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, pelo coordenador do SERE, por dois representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e um representante, por andar de alojamento. Cada representante e seus suplentes serão eleitos pelos moradores de cada andar a cada início de ano e serão os responsáveis em encaminhar as demandas dos seus respectivos andares às reuniões do CAA, que acontecem, ordinariamente, uma vez por mês.” (Cartilha Divisão Estudantil)

A terceira cartilha informativa sobre a Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante – DIMAE traz informações sobre os auxílios oferecidos pelo Setor de Bolsas de Auxílio ao Estudante SEBAE: auxílio moradia, alimentação, transporte, apoio didático-pedagógico, alimentação não pecuniário. Também apresenta da Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante DIMAE:

“A DIMAE é um setor subordinado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFRRJ, que tem por objetivo planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar a concessão de Auxílios Financeiros e Auxílio não pecuniário à alimentação, objetivando à permanência do estudante na Universidade, buscando melhoria do seu desempenho acadêmico e à redução dos índices de evasão, retenção e repetência, atuando nas áreas da moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde e apoio pedagógico. Tendo como público-alvo os estudantes oriundos de famílias com vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos campus de Seropédica, Instituto Três Rios e Instituto Multidisciplinar de

Nova Iguaçu. E por último apresenta o Setor de Apoio Psicossocial ao Estudante – SEAPE tratando das ações do Serviço Social na assistência estudantil e o Setor de Atenção Especial ao Estudante – SAEE tratando do setor conhecido como “Salinha Azul” que tem a finalidade de oferecer aos estudantes o suporte para vivenciar as adversidades da vida acadêmica de uma forma mais harmoniosa.” (Cartilha Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante – DIMAE)

Além das cartilhas disponibilizadas na sala da PROAES, encontrei uma virtual disponibilizada no site da UFRRJ nas publicações do espaço “Assuntos Estudantis”. A Cartilha assinada pela PROAES apresenta de uma maneira bem didática o funcionamento de cada programa e seus objetivos, incluindo não só os contatos e maneiras de acessá-los, como também uma lista de contatos e telefones úteis como bombeiro e delegacia de polícia, dados quantitativos de alunos participantes de cada programa e até mesmo apresenta os setores administrativos e a presente gestão (2013-2017) da universidade.

Dentre os programas listados abordarei mais especificamente alguns que se tornam mais interessantes e uteis ao tema desta pesquisa. Serão aqueles que abordam assistência psicológica e social, além da Guarda Universitária.

“O Setor de Apoio Psicossocial ao Estudante (SEAPE) está disposto no informativo como um programa contando com 04 assistentes sociais, 03 no campus de Seropédica e 01 no campus de Nova Iguaçu.

“O assistente social atua em várias frentes da assistência estudantil, corroborando com o acesso às políticas públicas, a garantia de direitos sociais e a permanência universitária. Dentre as principais atribuições desse profissional, estão: atendimentos às demandas sociais, econômicas e culturais dos/os alunos/as e suas famílias; mapeamento e formação de redes de atendimento com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias; participação no desenvolvimento de projetos e ações que objetivem a promoção da saúde, prevenção à violência e ao uso abusivo de álcool e outras drogas, em parceria com a Divisão de Saúde da Universidade.” (Cartilha do Estudante, 2014, pg 21)

Ainda na área de psicologia por vezes em dialogo de ações com o SEAPE¹ há o Projeto Habitar pSi, e também o Setor de Atenção Especial ao Estudante.

“O Habitar pSi objetiva oferecer suporte psicológico aos alunos moradores da residência estudantil da UFRRJ, câmpus Seropédica, que estejam devidamente matriculados em qualquer curso de graduação. Através de seis encontros vivenciais em grupo, sendo um a cada semana, de modo a propiciar aos alunos um espaço de compartilhamento de experiências e reflexão que permitam a elaboração de questões e dificuldades relacionadas a diversas áreas de sua vida, abrangendo temas como: morar fora da casa dos pais - morar na residência estudantil; aprendizagem das exigências e rotinas da universidade; autonomia emocional, financeira e ampliação das responsabilidades com a vida cotidiana; participação em atividades extraclasse; autogestão do tempo; manutenção da autoestima e do rendimento acadêmico; novos relacionamentos interpessoais com colegas e professores.” (Cartilha do Estudante, 2014, pg 21)

“O Setor de Atenção Especial ao Estudante, também conhecido como “Salinha Azul” ou “Espaço Paz e Harmonia”, atualmente localizado na Sala nº 38 do P1, no câmpus de Seropédica, foi criado no ano de 2005 pelo antigo Decanato de Assuntos Estudantis com a finalidade de oferecer aos estudantes o suporte para vivenciar as adversidades da vida acadêmica de uma forma mais harmoniosa e tranquila. Por essa razão, este setor tem atuado a partir do entendimento de que a qualidade do ensino está intrinsecamente ligada à qualidade de vida dos estudantes, e que esta não pode se restringir ao oferecimento de moradia e alimentação, necessitando ainda, do equilíbrio físico, mental, emocional e espiritual.” (Cartilha do Estudante, 2014, pg 22)

A Cartilha aborda também serviços de saúde ao estudante e de segurança. Quando se trata da saúde aborda-se a política do SUS para indicar ao aluno os serviços do município, apresentando o Posto Médico da universidade, no campus de Seropédica Na questão da segurança apresenta-se a Divisão de Guarda e Vigilância (DGV) que contam com uma sede própria, motocicletas, viaturas e até mesmo armamento não letal.

“A proteção da comunidade universitária residente e circulante no interior da área física de abrangência dos três câmpus da UFRRJ, bem como dos bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio da instituição, atualmente é realizada por servidores da Divisão de Guarda e Vigilância (DGV) e por profissionais de empresas privadas de segurança patrimonial e pessoal contratadas para este fim.” (Cartilha do Estudante, 2014, pg 24)

“A DGV opera em toda a área de abrangência do campus de

Seropédica, fazendo uma vigilância preventiva, no sentido de evitar roubos, depredações e outros tipos de delitos e infrações, buscando sempre que possível, conscientizar a comunidade universitária sobre os seus direitos e deveres. A DGV também atua no registro das ocorrências referentes a delitos e infrações em geral, comunicadas por membros da comunidade universitária, as quais são encaminhadas sob a forma de memorandos à Reitoria da UFRRJ e aos órgãos de segurança pública para a tomada das providências cabíveis.” (Cartilha do Estudante, 2014, pg 24)

2.4 – A DUPLA VITIMIZAÇÃO

Apresentado as possibilidades de assistência que a Universidade oferece aos estudantes, meu propósito é perceber como alunos se apropriam ou não desses recursos e como eles funcionam na prática real da assistência. Para tanto irei pautar-me em relatos de violência sofrido por alunas da UFRRJ dentro do campus e como os representantes da assistência estudantil atuaram. Buscarei apreender o ponto de vista das vitimadas e o que entendem por essa atuação institucional. Parto do pressuposto de que os representantes da PROAES, em diversos momentos, ao passo que deveriam acolher essas pessoas, acabavam por vitimá-las duplamente ou por meio da ausência de apoio institucional ou através de uma responsabilização da vítima pela violência sofrida⁴.

Cheguei às pessoas por meio de uma rede estabelecida ao longo da pesquisa, através do contato com uma aluna que indicou-me outras pessoas por meio de sua experiência com o assunto. Apresentei a proposta de trabalho e solicitei realizar entrevistas, e a maioria se propôs a conversar pela rede social whatsapp. Sendo assim, realizei quatro entrevistas através deste recurso.

Para fins éticos preservarei a identidade de todos os envolvidos no caso, primordialmente a vítima. Vale ressaltar que além de uma preocupação minha enquanto pesquisadora, esse cuidado na preservação das identidades surgiu nas falas das vítimas de forma expressiva como condição para contribuição da pesquisa. Isso porque as situações experienciadas, em sua maioria, dizem

⁴ A luz das reflexões de KABANI (2006) sobre mulheres jovens de comunidades minoritárias na Suécia, trata sobre como a sociedade as resumem em simples “vítimas” diante do silenciamento já sofrido por suas famílias. As colocando em uma situação de dupla vitimização.

respeito às pessoas que foram agredidas por outras cuja posição hierárquica era maior do que a da vítima. Por esse motivo, as entrevistadas ressaltaram que aceitariam falar comigo, mas temiam uma eventual “perseguição” e/ou “retaliações”.

O relato é de uma aluna de graduação de um curso definido por ela como sendo dominado por homens. A discente contou ter vivido uma situação de conflito com um professor, que havia aplicado uma “prova de difícil resolução.” Após a correção, o docente notou que seu desempenho havia sido diferenciado em relação ao restante da turma. Por essa razão, o professor a abordou de forma “truculenta e grosseira”, acusando-a de ter “colado” de um colega, além dela, o único a ter bom desempenho. Após a insistência da aluna de que sua acusação era falsa e supondo que isso se devia ao fato de ser mulher, o professor pediu para que a aluna não comentasse a situação.

Após este relato, entendi que havia ocorrido uma situação segundo a qual o professor pressupôs que a aluna não expressou um saber condizente com o seu gênero feminino. Ou seja, compreendi a partir do relato fornecido, que o docente se deparou com o que supunha ser prova de mais inteligência e sabedoria do que a aluna poderia ter, apostando, assim que tratava-se de uma fraude. Frente a isso questionei à entrevistada o que entendia sobre o ocorrido e se acreditava que na época deveria ter buscado algum tipo de apoio. A aluna respondeu:

“Não, na verdade não busquei ajuda. É mais por uma questão de medo e perseguição, sei que deveria, mas não fiz. Cara, é porque assim, meu curso é pequeno demais. Tem 130 alunos, foi uma questão de medo do professor ser abordado e depois eu ser perseguida. Não só perseguida por ele, mas por alunos que gostam dele, que são homens e etc. E me sinto sem liberdade saca? Porque vão falar que é exagero, porque ele é tiozão, pai de todos. Etc” (Entrevista 1)

Trago um segundo relato de uma aluna mãe, moradora do alojamento da UFRRJ. A entrevistada narrou as dificuldades e barreiras enfrentadas por todas as alunas mães que vivem com seus filhos em todos os espaços da Universidade. A aluna

afirma: *“E ai como toda mãe do alojamento a gente já passou por N coisas aqui dentro, N violências. Essas violências silenciosas e também essas violências faladas né.”*

Segundo disse, as “violências de vários tipos” são produzidas por alunas e também por representantes da Instituição. No que diz respeito à Universidade, afirmou que após o nascimento de seu filho, teve muitos embates com os representantes da Universidade responsáveis por gerenciar a vida institucional dos alunos.

A entrevistada narrou ter feito um requerimento do “auxílio mãe” no posto de saúde da Universidade, após o nascimento de sua criança, uma vez que necessitava continuar amamentar seu filho, além disso estava doente e precisava de um tempo maior do que o que o primeiro requerimento do auxílio havia fornecido para retornar à sala de aula.

Sendo assim, levou o laudo de seu médico para assistente social lotada no posto de saúde da UFRRJ em busca da validação do mesmo, já que fazia parte do processo burocrático para a concessão do auxílio. A aluna descreve a seguinte situação:

“E ai eu fui no posto porque eu fui com o atestado da médica falando que eu tinha que ficar mais três meses em casa porque eu tava amamentando e tava doente e ai eles não aceitaram. A assistente social X não aceitou do posto, ela foi super “escrota” disse que eu não tinha o direito, que se eu estudasse era pra eu ir pra casa. Tinha que voltar pra casa e ela foi muito grossa e foi muito ignorante. Que ela não precisa de instituição nenhuma pra se manter, se manter com filho. Que ela tinha tido filho e tinha ficado com a família que eu não tinha que dar isso pra instituição e ela falou também que a Rural tava passando com muito problema de estupro e que não tinha que encher o saco com os trabalhos que as mães estavam dando, mas ela falou muita merda. Que a vontade era chamar o ministério publico e prender todas as mães que era um prostíbulo os alojamentos e a gente mantinha eles aqui.” (Entrevista 2)

O relato acima demonstra uma violência impetrada pela representante da instituição que deveria assistir a aluna na condição de estudante/ mãe. Pode-se supor que essa violência institucional manifesta no ato da assistente social se deva ao fato de a profissional considerar que as estudantes mães borraram as fronteiras do gênero, comportando-se como “prostitutas”.

Ao longo da pesquisa pude perceber a recorrência de situações análogas a essa com alunas mães. Como exemplo trago outra narrativa de uma aluna mãe e as barreiras enfrentadas na condução da sua graduação na UFRRJ. No começo de sua entrevista contou sua experiência com uma assistente social também lotada no posto de saúde da Universidade. Procurou essa profissional na tentativa de conseguir uma moradia no alojamento. Após essa conversa não conseguiu solucionar seu problema. Manteve-se morando distante da Universidade com seu filho e só conseguia realizar suas atividades acadêmicas, porque passou a pagar a um colega para cuidar de seu filho enquanto assistia as aulas um valor simbólico que se enquadrava nas suas condições financeiras

“Eu procurei a X, que era assistente social da época hoje ela tá na UFRJ, ela ouviu o que eu tinha pra dizer me interrompendo várias vezes, só que ela não me ajudou em coisa alguma. Muito pelo contrário ela me deixou sem esperanças porque ela só sabia me dizer que eu estava sendo egoísta por querer estudar mesmo sendo mãe, que eu devia cuidar dos meus filhos. Mas ao mesmo tempo ela contou de um caso de um estudante do M que tinha levado a filha pra ficar com ele no alojamento, mas eu não sei se a menina estava com ele naquele momento ou se ele realmente cuidada só dela né. E ela falou comovida que o pessoal do andar tinha se reunido pra dar uma festa de aniversário pra menina e que ela gostaria de conhecer esse pai e parabenizado por isso por ele cuidar dela.” (Entrevista caso 3)

.Á luz das considerações de que compete à mãe abdicar de sua profissão ou de vida pessoal em face do cuidado com a prole, a assistente social, cuja função é conduzir a vida estudantil em âmbito da UFRRJ, acusa a entrevistada de ser “egoísta”, promovendo assim uma ação violenta contra a demandante que não deveria ser condizente com as funções do serviço social.

A aluna percorreu um extenso caminho na busca de um lugar no alojamento junto de seus filhos. Contou com a ajuda informal e não com o apoio da Universidade. Uma amiga cedeu uma cama para ela e seus filhos no quarto do alojamento onde ficou durante quase toda a sua graduação de forma clandestina, ou como chamam os próprios alunos “acochambrada”. Diante de toda essa experiência da qual compartilhava com os colegas a aluna recebeu apoio do coletivo de pais e mães COPAMA e começou a fazer parte do mesmo, que visa tentar resolver as demandas dos pais e mães alunos da UFRRJ. Ao longo desse tempo abriram novas vagas para o alojamento a entrevistada se inscreveu e conta a dificuldade que passou para conseguir a vaga.

“E foi ai que a gente enquanto COPAMA decidiu procurar o da Ross e ficou nessa enrolação um bom tempo. Até que um dia nos fizemos um ato (...) Então eu relatei aquilo tudo ali no pátio interno do p1 no microfone e quando acabei eu fui procurar novamente o da Ross porque a gente encheu foi é o saco dele por causa disso pra que ele pudesse resolver. Até que nesse dia ele me botou no carro dele e me levou até o SERE pra eu assinar a papelada pra que eu pudesse dividir com a marisa aquele alojamento (...)”

Outra aluna/ mãe, que mora no alojamento junto com seu filho contou-me sobre as dificuldades enfrentadas na UFRRJ. Passou por situações de “constrangimento” e “julgamento” desde as mais sutis as mais agressivas. Narrou que assistia as aulas com o seu filho, porque não tinha com quem deixá-lo. Em uma dessas aulas uma professora exigiu a retirada da criança da sala de aula. Segundo disse, este foi um exemplo dos muitos constrangimentos porque passou. Henrietta Moore (1994) descreve que há situações de violência que se devem a uma suposta ameaça de poder. Pode-se inferir que atitude violenta da professora se deva ao medo da perda de uma autoridade em sala de aula, levando-a a exigir a retirada da criança do ambiente em questão. “.

A partir dos relatos acima pude notar que a assistência estudantil da Universidade é acionada como recurso para resolução de problemas. Entretanto, quando se trata de situações de violência perpetradas contra estudantes por pessoas vinculadas à UFRRJ, é menos comum que esta mesma assistência seja acionada. Pode-se supor que isso se deva a um receio de que agentes desta instituição reinstaurem outras formas de violência ou “assédio moral”, como algumas entrevistadas denominaram. Uma das entrevistadas, ao ser indagada porque não agiu quando se sentiu “assediada moralmente” respondeu:

“Na época que esse episódio aconteceu comigo foi a mesma época que várias outras mães amigas minhas do COPAMA passaram por assédio moral de assistentes sociais na universidade, inclusive a assistente em questão depois da gente reclamar muito com a pró reitoria ela foi afastada, pediu afastamento, eu não sei ao certo mas ela assediou moralmente várias amigas minhas mães a ponto de dizer coisas muito agressivas e traumatizar as meninas mesmo e causar pânico sabe. Então eu não poderia recorrer a assistência social da universidade depois de todos esses casos de meninas que sofreram assédio moral pelas pessoas que deveriam ajudar a gente que deveria dar alguma assistência e orientar socialmente. O próprio pró reitor de assistência estudantil alguns anos atrás em alguns momentos fez falas extremamente agressivas em relação as mães, na nossa presença inclusive. Então essas pessoas responsáveis por assistência estudantil a quem a gente poderia recorrer foram pessoas que algum tempo atrás na história fizeram assédio moral, foram agressivas conosco então nessa situação eu me senti de mãos atadas eu não recorri a ninguém, eu tomei a decisão de abandonar a disciplina.”
(Entrevista 3)

Em muitos momentos pessoas vitimadas criam formas de agências⁵ (DAS, ano) e assim conseguem resistir às violações. No contexto em questão pude observar que a organização política em “coletivos⁶” abordados no capítulo 3, é um dos caminhos de resistência. Suponho que os alunos da UFRRJ pesquisados se organizam nestes grupos em resposta à distância que a instituição de apoio

⁵ Das considera agência a forma de “operar nas experiências cotidianas” que geralmente se está associada ao sentido de transgressão. Das também aborda a agência de certos atores que deslocam o sentido de agência, relacionando a uma “paciência e paixão”, a uma passividade diante da experiência.

⁶ Coletivos são grupos de pessoas organizados e unido em prol de uma causa comum.

estudantil representa.

As organizações mencionamos acima, como o COPAMA, assumem um poder das margens (DAS e POOLE⁷) em resposta a um poder central materializado na PROEAS Como materialização da organização da ideia de que existe um poder central mais forte que os estudantes trago a fala de uma das entrevistadas, que ao ser indagada sobre a razão de não ter denunciado a atitude da assistente social responde:

Eu moro no alojamento e ela é assistente social e eu sou estudante com filho e ela ameaça entrar no ministério publico e denunciar as mães aqui e então eu fiquei com mais medo. Eu não procurei porque eu acho que ia ser um pouco de tiro no pé porque eu sou o lado da corda mais fraco então se você enfrenta eu podia ter consequências um pouco maiores. Você fica até com medo de ter uma retalhação (...) então as vezes é melhor você engolir um jacaré do que um elefante inteiro então foi uma decisão que não foi nem uma decisão eu não tinha o que fazer, eu sou o elo mais fraco.

2.5 - AS SINDICÂNCIAS E AÇÃO INSTITUCIONAL

A UFRRJ produz mecanismos para lidar com as situações de violência e conflito ocorridas em suas dependências. Um destes, como dito antes, é a sindicância, que se traduz como um mecanismo institucional de apuração de situações de conflito dentro da Universidade, que será explicado através do trecho:

“A sindicância que é um formato institucional de apuração dos fatos é formado por três funcionários que abre um processo através de portaria. E o que a sindicância faz? Ela vai apurar os

⁷ Das e Poole (2004) consideram “margens do Estado”: “El primer enfoque dio prioridad a la idea de margen como periferia em donde están contenidas aquellas personas que se consideran insuficientemente socializadas en los marcos de la ley” [...]Un segundo enfoque relacionado con el concepto de margen [...]gira en torno a los temas de legibilidad e ilegibilidad Reconocemos que las prácticas de relevamiento documental y estadístico del estado están al servicio de la consolidación del control estatal sobre los sujetos, las poblaciones, los territorios y las vidas.[...] Un tercer enfoque se concentra en el margen como el espacio entre los cuerpos, la ley y la disciplina”.(2004, p.24-25)

fatos. Quais são os fatos? Então ela chama o acusador, chama o acusado, quer dizer a vítima, chama as testemunhas, chama. Geralmente ela começa com um relato, com uma ocorrência feita pela guarda ou até mesmo por um BO, por um boletim de ocorrência feita na delegacia, alguma materialidade... a gente abre o processo e chama as pessoas para testemunhar.” (Entrevista Luena Pereira)

A UFRRJ possui limites de atuação perante as essas situações, que compreendem advertências, suspensões e em máxima instância a expulsão dos acusados, em situações apuradas e processadas nas sindicâncias e nos PADs. Há situações que devem ser tratadas para além do reconhecimento apenas enquanto conflito e ultrapassam a esfera universitário.

Além de entrevistas alunas da UFRRJ, com o objetivo de conhecer as ações práticas da UFRRJ frente a casos de violência dentro do seu espaço, escolhi entrevistar a professora em razão da experiência adquirida por suas participações em sindicâncias. Em entrevista a professora Luena Pereira narrou sua primeira experiência com as sindicâncias acompanhando um aluno do curso de Ciências Sociais agredido por uma barra de ferro por um outro aluno no alojamento masculino. Tratava-se de um crime de “homofobia”⁸. Apesar de não ter participado efetivamente dessa sindicância em específico, acompanhou o aluno pressionando o responsável pelo processo em questão para que levasse o caso adiante. Posterior a isso a professora acumulou experiências em outras sindicâncias não só participando efetivamente como também presidindo algumas.

“Foi no mesmo processo de acompanhar essa sindicância, depois eu participei de algumas sindicâncias, umas 4 ou 5 sindicâncias eu acho... 1, 2, 3, 4 essa 4 foram duas vezes porque a gente pegou e refez, teve que refazer a sindicância. Acho que umas 4 ou 5 sindicâncias eu participei dentro da Universidade, algumas delas como presidente.” (Entrevista Luena Pereira)

De acordo com a docente, a relação entre os órgãos representantes da Universidade e os alunos é de grande conflito quando se trata de uma compreensão dos papéis de cada um. De acordo com a entrevistada, perante

⁸ Homofobia é rejeição ou aversão a homossexualidade ou ao homossexual.

uma situação de conflito o aluno pode solicitar a qualquer funcionário auxílio, uma vez que todos tem a competência para encaminhamento de um processo solicitando a abertura de sindicância. Quando acontece algum caso de violência dentro de um Instituto o aluno deveria buscar primeiramente o diretor do mesmo para o esclarecimento do caso. Assim como também em uma situação de conflito entre alunos de um mesmo curso ou alunos e professores, a coordenação do curso poderia ser o órgão responsável por solicitar a abertura de sindicância para o caso ou até mesmo para solucionar o caso.

A professora afirma através de sua experiência, o que geralmente acontece é que o aluno não se sente seguro para procurar a coordenação do seu curso ou direção do instituto. Outra hipótese é a de que os discentes não tem o conhecimento de que poderia solicitar aos mesmo e não somente a PROAES ou PROGRAD. Porém é comum que na Universidade ocorra uma tentativa de evitar que “casos” virem processos administrativos. Há, segundo relatos de campo, uma resistência dos funcionários, coordenação de curso e direção de Institutos, de se comprometer em processos administrativos na condução de um “caso”.

Creio que esse tipo de posicionamento representa uma violência institucional. Funcionários da UFRRJ cuja função deveria ser a garantia dos direitos dos alunos, por vezes, podem agir de forma sutil e impessoal demovendo os “agredidos” de levar suas denúncias a frente. Sendo assim, agem sobre corpos fragilizados e muitas vezes marginalizados, promovendo uma dupla vitimização⁹. Assim como mencionado nos casos acima, sobre a aluna que após o

⁹ Para Barbeiro e Machado apud Fernandes (2014), “[...] a violência estrutural é sinônimo da injustiça social que releva da forma como as hierarquias sociais estão estruturadas e da exploração dos grupos desfavorecidos pelos grupos dominantes”. A forma como a sociedade lida com opressões sociais, no caso as opressões cunhadas pelo gênero, orienta uma violência estrutural que se expressa nos espaços sociais que culmina em situações de sofrimento social. Christie apud Fernandes (2014) sintetiza a violência estrutural comparando-a a violência direta, atribuindo um caráter contínuo, e menos óbvia tendo consequências lentas e difusas pelo caráter impessoal que carrega dificultando a atribuição de intencionalidade dificultando sua criminalização.

constrangimento passado em sala de aula pela presença de seu filho não foi à procura da assistência que universidade poderia a oferecer pelo receio de ser mais uma vez violada.

Segundo a entrevista da professora Luena, os alunos quando se encontram em algum tipo de situação de violência buscam a PROAES para solução. Algumas vezes, se frustram em razão da atuação do órgão. A docente entrevistada afirma que há muitas expectativas de que a PROAES resolva as situações conflitivas. Em face dessa questão afirma:

“A expectativa de que PROAES pode tomar uma atitude frente ao suposto agressor quando ela não pode tomar uma atitude rápida, isso acontece, não pode acontecer dessa forma”. Ao mesmo tempo é preciso dar uma resposta mais rápida dos casos que chegam a PROAES. É preciso que a gente tenha a clareza de qual é o procedimento a fazer. Os alunos ficam perdidos. Acontecem as coisas os alunos ficam um pouco perdido sobre que atitude tomar, como tomar. Eu acho que tem uma dificuldade na condução da relação, as coisas são sempre na reação do calor do momento. Aconteceu um negócio ai que vai apagar o incêndio. Por exemplo a questão da segurança do campus não é a PROAES, se a menina foi agredida porque pegou uma carona com um cara de fora da Universidade não é a PROAES. A PROAES tem que dar conta de conflitos entre alunos em um determinado contexto. Geralmente ela é jogada a todo e qualquer conflito entre alunos.”

Em um espaço de violência frequente, o desconhecimento por parte da comunidade universitária do funcionamento da Universidade e por consequência o desconhecimento de suas possibilidades frente a situações de violência inflama o quadro da UFRRJ. Essas questões contribuem para a criação de sentimentos coletivo de sofrimento, abandono e impunidade. Rezende e Coelho apud Carneiro (2010) questionando as interpretações essencialistas e universais que temos das emoções, considerando Nobeit Elias afirmam que “os sentimentos controlam e são controlados pela sociedade.” As emoções e seu caráter micropolítico atuam diretamente obtendo um domínio sobre o espaço social em que estão inseridas. Referenciando aqui no quadro de violência no espaço da UFRRJ, as emoções construídas a partir de uma violência real e um contexto problemático de condução multifacetário também constroem o quadro

inflamado que se traduz a UFRRJ.

De acordo com as falas abordadas percebo que poucos dos programas citados no começo no capítulo atendem, de fato os alunos.

2.6 – RESPOSTA INSTITUCIONAL/ PRÓXIMOS PASSOS

Tratei agora dos documentos citados no começo do capítulo, que me foram enviados pela PROAES, o primeiro a proposta de minuta de deliberação de uma Política de Acolhimento às Pessoas em situação de violência na UFRRJ, e o segundo o relatório da Comissão instituída para propor a Política de Acolhimento às Pessoas em situação de Violência na UFRRJ.

É importante ressaltar que foi discriminado pela Pró-Reitora de Assuntos Estudantis Juliana Arruda durante o envio dos documentos citados, através do e-mail oficial da PROAS endereçado ao meu e-mail pessoal no dia 12/06/2017, que os documentos ainda não foram discutidos sendo considerados assim uma proposta. Uma vez que os conselheiros (membros componentes do Conselho) tiveram o entendimento que primeiro o Código de Conduta Estudantil deveria ser aprovado e assim adaptar algumas políticas de acolhimento em função do código. A Pró- Reitora da PROAES também sinalizou que estão recompondo uma nova comissão para finalizar os protocolos de atendimento e para escrever minutas para o estabelecimento de parceria com as redes de atendimento municipais e estaduais. O código citado pela Pró- reitoria refere-se ao mesmo código que foi citado pela professora Luena Pereira. O que torna-se importante para a compreensão da ressalva da Pró- reitora. Um novo Código de Conduta Disciplinar se faz necessário antes de montar uma Política de Acolhimento às Pessoas em situação de violência pelo seu papel orientador de condutas.

O primeiro documento compreende uma deliberação com a data de 09 de fevereiro de 2017 enviados ao Conselho Universitário ³(Consu) onde resolve: “I- Aprovar a criação da Política de Acolhimento às Pessoas em situação de Violência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e fixar diretrizes sobre o seu funcionamento, conforme o Anexo desta Deliberação. ”O Consu, como

está descrito através das informações disponibilizadas pelo portal.ufrj.br, “é o órgão máximo de consulta e deliberação coletiva na Universidade, funcionando como última instância de recursos”. Dentre as propostas do documento:

Metas	Antes	Durante	Depois
Curto	Elaborar uma cartilha informativa com o passo-a-passo do protocolo e divulgando o núcleo e os setores que comporão a rede interna de acolhimento.		
	Verificar se o prontuário da Divisão de Saúde e da Divisão de Atenção à Saúde do Trabalhador pode ser utilizado para o registro de ocorrências junto à Secretaria de saúde, conforme formulário padronizado pelo SUS.		
Médio	Criar o protocolo de atendimento às pessoas da comunidade universitária em situação de violência.		
	Formalizar parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da cidade do Rio de Janeiro (SPM-Rio).	Oferecer acompanhamento psicológico, pedagógico e social aos denunciante e denunciados de situações que envolvam violência.	
Longo		Integrar as redes municipais de enfrentamento à violência contra a mulher, acolhendo, notificando e encaminhando os casos ocorridos na UFRRJ.	
	Formalizar parcerias com os municípios onde a instituição possui campus, a saber, Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos de Goytacazes.		
		Realizar acompanhamento articulado entre os setores institucionais e externos para o atendimento às pessoas da comunidade universitária junto à rede municipal e estadual.	

Metas	Antes	Durante	Depois
Curto	Criar uma comissão interna permanente de prevenção de violência composta por servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes.		
		Articular os setores institucionais para o atendimento às pessoas da comunidade universitária em situação de violência.	
	Disponibilizar uma página que agregue todas as informações e assuntos exclusivos da Política de acolhimento no site da UFRRJ.		
	Elaborar uma cartilha sobre como conduzir processos administrativos no âmbito da UFRRJ.		
	Solicitar que a política de acolhimento seja incluída e prevista nos planejamentos da instituição.		
Médio	Estabelecer rotinas comuns e formulário único nos setores que acolhem pessoas da comunidade universitária em situação de violência		
	Constituir formalmente e estruturar o Núcleo de acolhimento do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA).		
Longo	Destinar vagas futuras para contratação de profissionais especializados (psicólogos, assistentes sociais, TAE, pedagogo e advogados) para o atendimento às pessoas da comunidade universitária nos setores de acolhimento da instituição.		
		Articular os setores institucionais e externos para o atendimento às pessoas da comunidade universitária junto à rede municipal e estadual	

Metas	Antes	Durante	Depois
Curto	Manter uma campanha de conscientização permanente na UFRRJ.		
	Divulgar os locais para acompanhamento das pessoas em situação de violência.		
	Promover cursos de sensibilização sobre (diversidade, gênero, violência, preconceito, cidadania, respeito, mediação de conflitos) priorizando locais de atendimento ao público e estendendo a toda a comunidade universitária.		
	Institucionalizar um dia de mobilização universitária contra a violência no calendário acadêmico.		
	Elaborar treinamento específico aos servidores da ouvidoria para que seja dado o pronto atendimento em casos de violência nos câmpus da UFRRJ.		
Médio	Institucionalizar a regulamentação para as semanas de integração aos calouros.		
	Convidar militantes, coletivos, pesquisadores e autoridades nas áreas afins desta política para eventos de formação.		
	Realizar treinamento aos servidores da universidade para a o pronto atendimento às situações de violência.		

A elaboração de uma proposta específica para uma política de acolhimento a pessoas em situação de violência, já expõe um reconhecimento institucional diante das problemáticas levantadas pela comunidade universitária diante da postura da mesma frente aos casos. Anterior a elaboração de uma política específica pressuponho a validação de um debate levantado e objeto de reivindicações. Elementos como mecanismos informativos, orientação a procedimentos, prevenção, articulação de setores, dialogo com o corpo universitário (inclusive coletivos e militantes) estão presentes na proposta assim como foram pontuados em toda abordagem da Universidade.

A violência institucional produzida por órgãos da UFRRJ ou até mesmo por seus funcionários em exercício de sua função pode ser fazer presente pela brecha que a precariedade do suporte orientador das ações institucionais abre. Que é materializado, nos discursos da professora Luena Pereira e da Pró-reitoria Juliana Arruda, a exemplo através da inexistência ou a existência ultrapassada

de um código disciplinar/de conduta para os alunos. Mas para além disso, há a aplicação de uma norma reguladora que governa as ações e práticas sociais. (BUTTNER, 2014) Assumir gênero como uma norma que atua como ferramenta de um padrão de normalização, nos faz refletir como a norma atua sobre os indivíduos e também instituições sociais que também atuam como instrumento perpetuador dessa norma. Diante disso, reconheço a necessidade de uma política de acolhimento que traga discriminado a conceituação prévia de elementos que orientem ação como o entendimento de: violência, assédio sexual, assédio moral, estupro, violência contra a mulher e violência física, que foram discriminados acima.

Até o presente momento me propus a uma abordagem a partir da ótica institucional, levando suas possibilidades de atuação e ações práticas. Assim como o seu funcionamento, abordando também as possíveis barreiras e falhas em seu procedimento. Me propus também a trazer os relatos pela ótica das vítimas, considerando sua leitura e posicionamento diante das situações vividas. No próximo capítulo pretendo abordar as situações de violência a partir da ótica da comunidade universitária e, tratando principalmente a resposta de organização e militância que surge como alternativa de suporte diante desse quadro.

3- RESPOSTAS COLETIVAS

3.1- FOCO DE RESISTÊNCIA

Pretendo me ater neste capítulo às respostas produzidas pela comunidade diante das experiências de violência de gênero. Para tanto irei me deter a análise de coletivos, considerando-os como possíveis formas de resistência (DAS; Poole, 2004)¹⁰ às situações de violência de gênero vivenciadas por algumas alunas da UFRRJ¹¹.

Através da experiência pessoal breve enquanto participante de coletivos femininos¹² da UFRRJ, tive contato com relatos de casos de violência por alunas vítimas ou testemunhas assim como alguns ilustrados no capítulo 2, que encontram nesses espaços um ponto de acolhimento e ferramenta de busca por justiça. É válido ressaltar que para além dos muros da UFRRJ, a situação de violência que é vivida no campus toma repercussão e em diversos momentos estampando manchetes de jornais. Os crimes que ganham notoriedade geralmente são os casos que configuram violência sexual, mas a partir da pesquisa de campo pude notar que apesar da grande recorrência desse tipo de crime, a violência de gênero que se materializa no cotidiano da Universidade de forma muito mais sutil e corriqueira, como foi demonstrado nos casos citados.

À luz de Michel Foucault (1999) os coletivos abordados podem ser considerados mecanismos de resistência, como múltiplos centros de poder. Foucault (1999)

¹⁰ As autoras consideram que as margens tem poder de resistência e não são inertes. Pautou-me em suas reflexões para compreender a atuação dos coletivos como forma de poder das margens.

¹¹ Deslocar o foco na compreensão de maior vulnerabilidade enquanto vítima para as mulheres, é no intuito de salientar como afirma Siqueira (2015) que a partir da hierarquia que se desenha nas relações de gênero entre homens e mulheres, a submissão feminina se expressa também na forma de uma violência de características específicas. O intuito não é compreender a mulher como um ser social que sofre mais violência que homens, mas que mulheres sofrem violências respaldadas no gênero, isso quer dizer que sofrem violências específicas por serem mulheres.

¹² Coletivos são

não admite poder como um conjunto de instituições e aparelhos pertencentes a um Estado que funcionaria como mecanismo garantidor da sujeição dos cidadãos. E também não o compreende como um sistema de dominação centralizado, produzido seja unicamente por um indivíduo ou um grupo que passe por todo corpo social de forma rígida e imutável. O poder está presente em toda parte porque é produzido por todos. O poder é sempre experienciado em “estados de poder” que compõe as relações produzindo as correlações de força e partir disso surgem os focos de resistência.

“Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.” (FOUCAULT, pg 88, 1999)

O pensamento de Foucault nos ajuda a perceber que através das relações de poder que são estabelecidas na Universidade em questão e a desigualdade produzida durante um estado de poder da instituição ou de seus representantes, fazem surgir os focos de resistência que funcionam como resposta de oposição a relação de poder estabelecida.

“Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento.” (FOUCAULT, pg 91, 1999)

A desigualdade produzida no centro dessa relação de poder possibilita a produção de uma violência, que de acordo com a ótica abordada na presente pesquisa, reproduz a violência de gênero; a violência institucional.

Frente a isso há na UFRRJ diversos grupos que se organizam de acordo com suas semelhanças e se lançam a luz de suas demandas. Dos que tratam da temática do gênero podemos destacar a presença do movimento feminista que compõe a maioria dos coletivos.

O movimento feminista durante toda sua história se atentou, de acordo com a relação espaço/tempo em que estava inserido, com a questão da mulher e hoje traz uma especial atenção a subjetividade e a diversidade subvertendo a tudo que é limitador e opressivo. O debate sobre as ondas feministas, que são os marcos históricos do movimento, cada um caracterizado por um foco de debate diferente, abordados no capítulo 1. Nos faz refletir sobre o direcionamento do movimento nos tempos de hoje, de acordo com o tempo histórico em que vivemos. Reconhecemos no momento presente a herança da consciência de uma desigualdade discriminatória, da importância da conquista por direitos políticos e até mesmo a busca por uma liberdade que aprisiona a mulher a certas amarras. A herança do debate sobre a construção social do ser mulher, a criação e utilização do termo gênero e o reconhecimento da mulher não mais como uma categoria uniforme, mas diversificada e assim podendo reconhecer as demandas de cada diferença.

Reconhecer os avanços alcançados e impulsionados pelo movimento feminista também é de suma importância. Apesar das críticas que o movimento coleciona, acredito que decorrente de sua composição que conta com diversos grupos orientados por ideologias diferentes, coleciona também avanços no quadro das mulheres desde seu início nas últimas décadas do século XIX quando buscava o direito ao voto.

Segundo Siqueira (2015) ao abordar as “Alterações legislativas relacionadas a situação jurídica da mulher no Brasil”, percebemos essas alterações como avanços provindos das ondas feministas. Igualdade civil entre homens e

mulheres, licença- maternidade, direito ao sufrágio, a lei Maria da Penha, criação da Delegacias de Mulher, o reconhecimento do feminicídio como adição qualificadora do crime de homicídio, entre outras.

Dando continuidade a diversas pautas já reivindicadas, as lutas feministas hoje também se atem a busca pelo direito da vida sem violência e autonomia feminina sobre o corpo. E são esses discursos que mais ilustram o quadro da militância feminista no espaço da UFRRJ nos dias de hoje.

A compreensão do feminismo como movimento de resistência surge de acordo com Costa (2005) durante a segunda onda do feminismo na América Latina em 1970 como parte da resistência aos regimes ditatoriais e as falsas democracias. E no Brasil não foi diferente, segundo Bandeira (2008) em um cenário de resistência a violência do regime militar o feminismo brasileiro passou a dedicar-se a denunciar a violência que vitimava as mulheres dentro do próprio lar. A resistência do movimento feminista no Brasil culminou em diversas conquistas nos processos legislativos, institucionais e jurídico. Compreendendo aqui o sentido de resistência:

“como compreendendo estratégias e dinâmicas de rejeição e de luta desencadeadas pelas mulheres contra padrões, papéis e normas de comportamentos culturais e sociais desiguais que lhes foram impostos e que hierarquizam os sexos.”(BANDEIRA, 2008, pg 405)

Trazendo as reflexões para o campo em questão, aprofundo a análise no Coletivo de Mulheres da UFRRJ. Através de entrevista a estudante Larissa Cabral integrante e fundadora do coletivo o apresenta enquanto “uma organização feminista que surgiu em 2012 através da iniciativa de mulheres que já atuantes em vários espaços do Movimento Estudantil sentiam a necessidade de se reconhecerem, se articularem e tratarem de pautas específicas que dificilmente conseguiam ser prioridades nos movimentos mistos”.

O coletivo que é aberto a todas as mulheres na Universidade, trata discussões em seu espaço através de uma abordagem do feminismo popular, compreendendo o papel da

mulher nas transformações sociais. Larissa pontua as pautas do coletivo a partir das demandas trazidas pelas alunas da Universidade e pela conjuntura política do país.

“(…) legalização do aborto como questão de saúde pública; mulher e o mundo do trabalho, debate que reacendeu a partir da proposta da Reforma da Previdência; violência contra as mulheres nas suas diversas formas: física, sexual, moral, psicológica, etc. Particularmente o debate sobre o estupro, devido a realidade da UFRRJ; mulheres, agroecologia e economia feminista, pensando nas propostas alternativas de resistência das mulheres.”

Sobre a atuação na universidade, a aluna descreve suas atividades enquanto práticas de acolhimento e trabalho de base como a realização do cine mina¹³ seguido de uma roda de conversa sobre o tema abordado; apresentação do Coletivo, espaço dedicado às Calouras que ocorre no começo de cada período e o Sarau das Mina¹⁴. Para além dos muros da UFRRJ ele também articula com o coletivo Margaridas¹⁵, e com o Empório da Chaya¹⁶ e também com as mulheres da Horta Comunitária de Parada Angélica, em Duque de Caxias-RJ, através da bandeira agroecologia.

A relação com a Instituição é definida por Larissa por momentos de parceria quando este assume posturas que garantem a segurança das mulheres mas também por momento de enfrentamento e denúncia quando a Administração Superior as expõe a vulnerabilidades ou não dão conta de resolver os casos de violência.

3.2- APRESENTAÇÃO DOS COLETIVOS

O coletivo de mulheres negras “Alice Bruno”, de acordo com a aluna e integrante Mariana Brum estudante de graduação do curso de Química, surgiu no ano de

¹³ Exibição de filmes com algum tema relacionado ao feminismo

¹⁴ Espaço de integração e manifestação cultural e de reconhecimento do papel da mulher na sociedade, através de expressões místicas.

¹⁵ Coletivo organizado por mulheres das comunidades de Campo Grande-RJ

¹⁶ Coletivo de mulheres acampadas do MST em Paracambi-RJ.

2015 após uma exposição de fotos feitas por alunas da UFRRJ chamada “Menina Mulher da Pele Preta” que reunia fotos de alunas para mostrar a diversidade da beleza negra, os diferentes tons de pele e falar também sobre a questão da representatividade. Após essa união de 30 meninas participantes do projeto que ficou exposto na Sala de Cultura da universidade durante todo o mês de novembro/2016, surgiu a iniciativa do coletivo. O nome “Alice Bruno” foi escolhido em homenagem a uma professora negra de Seropédica que conseguiu fundar uma escola com o seu nome. Atuam de forma ativa no espaço pautando as reivindicações das mulheres negras de acordo com suas especificidades a partir da questão racial.

O COPAMA coletivo de pais e mães da UFRRJ, de acordo com a integrante e fundadora Juliana Borges mestranda no curso de Ciências Sociais, surgiu em 2014 devido às necessidades e dificuldades encontradas pelos alunos pais e mães residentes nos alojamentos principalmente como explicitado nos depoimentos do capítulo 2. Após a circulação de um edital elaborado a partir da pressão do Ministério Público contra a presença de mães ou pais com seus filhos no alojamento, alguns estudantes começaram a se reunir para uma articulação que conseguissem proteger e garantir a vaga e permanência desse grupo nos alojamentos surgindo assim o coletivo.

O PONTES, de acordo com Matheus Nascimento do curso de Geografia, um ex integrante do coletivo, surgiu por volta de 2006 com um grupo de alunos homossexuais moradores do alojamento que se organizaram em função da recorrência de casos de homofobia que na época estava acontecendo dentro do campus. Segundo Matheus o PONTES foi o primeiro coletivo que tratava sobre as questões de opressão na universidade, até então só existiam grupos religiosos e regionais. Define sua principal função é servir de apoio e ponto de ajuda mútua aos estudantes para auxiliarem a enfrentar questões do dia a dia ligadas a lgbttfobia na universidade. O coletivo realiza espaços de conversa para os LGBTT'S a fim de terem um espaço seguro para troca de suas experiências e também constroem espaços abertos como palestras, semanas temáticas e intervenções com o propósito de levar a discussão para todos.

O “Me Avisar Quando Chegar”, foi um movimento que surgiu virtualmente no ano de 2016 através de um grupo criado no Facebook que inicialmente reuniu cerca de 2 mil alunas. Impulsionado por um manifesto feito por alunas da universidade conhecido como “o amanhecer feminista”, alunas escreveram palavras de ordem por todo o campus protestando contra um caso de estupro dentro do campus. Este teve grande repercussão uma vez que um aluno, após estuprar uma colega de curso dirigiu-se ao alojamento estudantil exibindo a roupa íntima com marcas de sangue da aluna.

O movimento do qual fiz parte e pelo qual acumulei a maior parte da minha experiência enquanto militante na Universidade, foi um grito de socorro e desespero pela vida das mulheres que já se sentiam acoadas no espaço universitário. Após a criação do grupo no Facebook em um final de semana, na segunda-feira da semana seguinte todas as meninas organizadas circulavam com o símbolo do novo movimento, a blusa preta e o batom vermelho. O movimento levantou pautas extremamente necessárias para a conquista da segurança e o asseguramento de todos os direitos das mulheres enquanto estudantes, funcionárias, moradoras ou apenas frequentantes da UFRRJ. A manutenção do campus como: iluminação, corte dos matos; horário de circulação do ônibus interno da universidade (fantasminha), negociação com empresas de ônibus para facilitar a circulação dos alunos no período noturno, diálogo direto com setores da universidade para pensar políticas de segurança, entre outras.

Apesar de não ser um coletivo dedico uma atenção especial ao movimento diante de sua importância e atuação no campus. O movimento tornou-se o de maior protagonista no espaço universitário e ganhou destaque também fora desse espaço como em manchetes de jornais nacionais e até mesmo os internacionais. Dando novo fôlego a luta das mulheres na UFRRJ o “Me Avisar Quando Chegar” protagonizou diversos atos de protestos dentro do campus e participou de outros inclusive no centro do Rio de Janeiro.

Somando 20.877 curtidas em sua página no Facebook reuniu um número expressivo de alunas da Universidade em assembleia auto-organizada na busca

da organização prática do movimento, onde dividiu-se em comissões: comissão de intervenção, comunicação, dialogo com a reitoria, acolhimento, finanças, festa. Na busca de representar todas as mulheres da UFRRJ o movimento não se assumiu feminista decorrente da divergência que existia entre as componentes. A partir de seu primeiro impulso foram realizadas diversas atividades como batucadas no Restaurante Universitário, o abraço no P1, ida a uma audiência pública na ALERJ debater o tema da violência contra a mulher nas Universidades, Festão das Minas e também o dia de Luto e Luta que paralisou as atividades do dia trazendo um roteiro repleto de atividade, mesas e debates todos tratando da questão da mulher (27/04/16).

A força com que o movimento surgiu fez com que ele ganhasse destaque não só entre os alunos mas também ganhasse visibilidade e espaço no dialogo com os setores da instituição. Por consequência a isso nos seus primeiros meses conquistou a realização de diversas pautas que reivindicavam a manutenção de alguns pontos do campus, como a iluminação, corte dos matos e até a presença da guarda universitária em pontos mais críticos. Porém algumas pautas ainda estão em andamento ou se estagnaram, devido a burocratização existente para a realização de certos serviços que sem a pressão da reivindicação constante, já que o movimento nos dias de hoje não tem mais a mesma força que tinha quando começou, não são tratadas com a urgência que merecem.

3.3 – REDES DE APOIO E AUTO AJUDA

A partir das breves apresentações elaboradas pelos próprios participantes dos grupos é possível perceber, para além da ótica da resistência, a atuação desses grupos enquanto ponto de apoio. Essa interpretação surge como de acordo com a hipótese levantada em todo o trabalho, de um dispositivo que é acionado como alternativa a ausência de uma prestação de serviço institucional que garantia o bem-estar de todos os alunos. E também para além da ausência, a existência de uma quebra de expectativa quanto o auxílio institucional que é oferecido já que algumas vezes ele se faz presente mas de uma maneira reprodutora de violência.

Essa interpretação, surge a primeira vista, da maneira como foi construído esse histórico de militância no campo. A presença do movimento feminista por

exemplo, enquanto movimento social e político que surge e se organiza em determinado espaço, poderia existir na UFRRJ se a mesma não experienciasse a violência contra a mulher de maneira tão frequente. Mas encaro a significação do movimento na dimensão que se apresenta, protagonista do movimento estudantil na Universidade, como resultado da situação.

Podemos observar a criação do maior movimento da Universidade “Me Avisar Quando Chegar” e o coletivo Alice Bruno se deram em momentos em que houve picos na recorrência de relato dos casos e principalmente nos picos da efervescência do debate.

Nas entrevistas trazidas no capítulo 2 onde no caso 3 a aluna menciona o auxílio do coletivo COPAMA diante do seu problema e a aluna do caso 4 em entrevista ainda dedica uma atenção especial as organizações.

“Os coletivos, eu acho que a presença dos coletivos, se dá muito por toda essa violência, por essa recriminação que esses setores sofrem na universidade não só na violência de fora mas uma violência de dentro por pessoas da comunidade acadêmica e por representantes institucionais também. Por uma política institucional que gera violência, que não tem nem um trato em relação as questões LGBTs, questões dos negros e negras, as questões de gênero.”

Para aprofundar a análise dos grupos enquanto respostas coletivas, atuando como ponto de apoio a indivíduos sujeitos serão apresentadas entrevistas realizadas via whatsapp a participantes dos coletivos COPAMA.

A escolha do coletivo se deu pela percepção da recorrência de violência de gênero direcionada a alunas mães, não apenas pelas vias institucionais mas também por toda a comunidade universitária. O discurso de um cotidiano cheio de enfrentamentos e julgamentos que são produzidos de todas as direções, se fez presente em todas as entrevistas realizadas a alunas mães da UFRRJ.

Diante disso encaminhei as entrevistas de maneira a conhecer o funcionamento do coletivo e a relação estabelecida entre as entrevistadas e o mesmo. Abordando também a sua atuação no campus, a relação do mesmo com a Instituição e comunidade universitária, suas pautas, demandas e também sua organização.

De acordo com a integrante Juliana Borges, o coletivo é composto em sua maioria pelos alunos pais e mães da Universidade mas não é restrito apenas para esse grupo de pessoas. Sua temática gira em torno das questões de gênero, parentesco, direito da criança, do adolescente e da juventude, entre outras coisas. Quando questionada sobre como definia o coletivo, Juliana responde:

“Ideia de lazer, entretenimento, tem um caráter desse jeito. Tem um caráter de auto ajuda também que eu percebo porque tem meninas que sofreram algum tipo de violência... institucional.... Que a partir de uma conversa no grupo se cria laços inclusive, de rede de apoio. Não só no sentido emocional mas no sentido de se manter dentro da estrutura de uma universidade com uma criança.” (Juliana Borges, aluna, mãe e integrante do COPAMA)

Juliana ainda aborda a relação do coletivo com toda a Universidade demonstrando não ser apenas um espaço de interesses restritos aos pais e mães mas como atua abarcando uma rede de interesse que vão além do coletivo enquanto objeto de estudo ou como ele é atuante. Alguns estudantes do curso de pedagogia mantêm relações próximas com o coletivo estabelecidas a partir da busca por interesses em comum como por exemplo a creche universitária que seria útil ao curso como laboratório, pesquisa ou extensão. Cita também o exemplo de uma aluna de psicologia que dialoga com o coletivo considerando o trabalho que faz com recreação infantil. Além do curso de educação física que por vezes tem a necessidade de realizar estudos a partir da realização de atividades com crianças de certa idade e busca o auxílio do coletivo.

A relação do coletivo com a instituição é estabelecida através de um dialogo frequente que é sempre preenchido por reivindicações, negociações e cobranças para o atendimento

de suas demandas. Essas pautas são geralmente levantadas e debatidas internamente pelos participantes através de momentos de encontro, as reuniões ou discussões pelo grupo de whatsapp ou facebook. Juliana afirma que diante da dificuldade de agenda para todos se encontrarem pessoalmente o contato é sempre estabelecido via redes sociais mas os momentos de encontro presencial por mais que sejam menos frequentes são essenciais para coesão do grupo. O coletivo pauta necessidades de ordem política e institucionalizada que trazem a necessidade desse relacionamento com a reitoria da Universidade; como a creche, a creche parental¹⁷, auxílio creche¹⁸, licença maternidade e paternidade¹⁹, a entrada das crianças no restaurante universitário, entre outras coisas.

Também em entrevista a integrante Thaís Assumpção aponta algumas conquistas objetivas do coletivo resultantes dessa relação com a Universidade. Como a cabeceira²⁰ para as alunas mães, a realocação do parquinho da ecologia para o alojamento, a regularização da entrada das crianças no bandeirão, a aprovação da inclusão do auxílio creche na política de bolsas, a realização de dois fóruns de política de permanência para mães estudantes e também de vários atos. Apesar dessas diversas conquistas a aluna afirma que em sua opinião a conquista mais significativa do coletivo foi subjetiva, o respeito.

“Mas eu acho que pra mim a mais significativa foi o respeito a gente vivia a três quatro anos atrás em uma instituição que olhava para as mães e tinha um julgamento muito forte sobre a maternidade sabe e a gente foi desrespeitada por pró reitores e professores que agrediram verbalmente psicologicamente a gente em vários momentos e a gente se organizar e agente tá na luta pelos nossos direito e a gente ter um apoio jurídico e argumentar juridicamente a gente se impor na mudança do tratamento mudou muito e a gente conquistou um respeito da instituição que não é o suficiente então é o que a gente espera mas

¹⁷É uma creche que funciona com a auto gestão dos pais, mães e outros responsáveis que se revezam como uma espécie de cooperativa para os cuidados com as crianças.

¹⁸O Plano de Assistência Estudantil (PINAS) prevê a creche enquanto auxílio mas não especifica exatamente como se materializa essa assistência. Diante disso as Instituições não investem na construção uma creche enquanto espaço físico e contempla os pais e mães com o auxílio em dinheiro.

¹⁹Licença concedida a estudantes gestantes mediante avaliação médica, para afastamento de suas funções.

²⁰São os alojamentos que configuram quartos menores com, que só podem alocar duas pessoas e possuem banheiros privados. A preferência surge por serem espaços com mais privacidade, já que os outros quartos são para oito pessoas e banheiros externos.

melhorou muito em relação a quatro anos atrás.” (Thais Assumpção, aluna, mãe e integrante do COPAMA)

MOTA (2002) tratando em sua dissertação de mestrado sobre os grupos de ajuda mútua dos Alcoólicos Anônimos, faz uma análise sobre o surgimento desses grupos e os papéis ativos que eles assumem cada vez mais em nossa sociedade. Tratando das necessidades que levaram ao aparecimento desses grupos, o autor analisa o “interesse” como forma possível de conceber as motivações que governam a reciprocidade do comportamento humano. O interesse associasse ideologicamente ao capitalismo liberal uma vez que este solicita a intensificação das vontades individuais que conseqüentemente provoca a desigualdade. “Desse modo, surge um dilema: se o capitalismo conseguira produzir riquezas como em nenhuma época anterior, falhara, entretanto, relativamente às estratégias de distribuição de tais benesses.” (MOTA, pg 22, 2002) Assim a sociedade civil ruma a desempenhar funções, não mais desempenhadas pelo Estado, em prol de suas próprias necessidades atuando por meio dos grupos de ajuda mútua.

A luz das reflexões de Mota (2002) podemos relacionar o caráter de ponto e rede de apoio dos coletivos da UFRRJ como também um caráter de grupos de auto ajuda. Que são requeridos pela sociedade a partir da incapacitação das instituições de oferecer alternativas para problemas experienciados na esfera individual mas provenientes das dificuldades das sociedades contemporâneas.

As falas das integrantes entrevistadas traduzem a vivência das relações com os coletivos, para além de frente de resistência que foi materializada acima ao abordar as reivindicações e conquistas que se dão através do embate com a Instituição. Mas também como mecanismo de suporte e assistência que funciona como uma associação entre pessoas com interesses e dificuldades em comum.

“O COPAMA me ajudou no conhecimento dos meus direitos enquanto cidadã, mãe e estudante. Não fosse a nossa união do Grupo, e a ajuda de outras pessoas de fora, esclarecidas sobre os trâmites legais, não sei dizer se teria terminado o curso.” (Suelem Predes, ex aluna, mãe e ex integrante do COPAMA)

“Na minha vida pessoal o COPAMA foi muito importante para que eu continuasse na universidade. Quando eu tive meu filho a opção que eu vi foi a ou estuda e deixa ele com terceiros com a avó ou a tia ou fica com ele e não estuda e são opções muito drásticas. Não só pra mim inclusive pro meu filho é importante que eu me forme então eu não vou abandonar a faculdade por ser mãe, justamente por ser mãe que eu tenho que formar. A questão é contrária ao que é dito pra gente. Essa pressão que a gente sofre. E dentro do COPAMA com outras meninas eu tive muito mais força pra prosseguir e continuar.” (Thaís Assumpção, aluna, mãe e integrante do COPAMA)

4 - CONCLUSÃO

Para a compreensão do quadro de violência de gênero recorrente que a UFRRJ enfrenta, busquei entender o que havia por trás da situação. A partir dos discursos produzidos no campus que tomei conhecimento pela experiência enquanto aluna e militante, escolhi meus pontos de partida para esse processo. Atrás da pesquisa de campo que contou com entrevistas e pesquisa online busquei o funcionamento da assistência estudantil como a própria Universidade apresenta e também como ela funciona na prática real.

A UFRRJ conta com um mecanismo frágil que prepara e organiza as ações institucionais enquanto responsável a situações de violência e conflito experienciadas no campus. Além disso a Instituição tende a assumir um papel de agressor em diversos momentos em que, através de suas ações frente a casos de violência, age com maus tratos com a vítima e restaura a violência de gênero já experienciada produzindo uma dupla vitimização. A Universidade

também assume um papel agressor de maneira frequente em casos enquanto seus funcionários no exercício de sua função, assumem o papel de “primeiro” agressor em suas relações com os alunos. Como foi ilustrado a partir dos casos mencionados na pesquisa.

Com a entrevista da professora Luena, também pude notar a fragilidade na relação que se estabelece entre alunos e Instituição. Por consequência do histórico de práticas de violência, como foi abordado nos parágrafos acima, há uma resistência por parte dos estudantes na busca pelo auxílio institucional e a produção constante de um discurso acusador a instituição.

Sobre a atuação da Universidade, notamos que os programas que a mesma oferta enquanto assistência estudantil pouco foram mencionados nos depoimentos das vítimas revelando uma deficiência no êxito dos mesmos. E quando mencionados, como foi o caso da assistência social, só foram mencionados como referência na produção da violência de gênero que assola o campus.

Ainda sobre a fragilidade de atuação da Universidade, as sindicâncias e os PADs que funcionam como mecanismos de apuração e resolução das situações de conflito também diversas vezes são experienciadas como focos reprodutores de violência e demonstram a materialização da ineficiência administrativa da UFRRJ na condução desses processos.

Procurei entender essa produção e reprodução de violência a partir da ótica da violência institucional e da violência de gênero. Frente os depoimentos das vítimas quanto as suas próprias experiências, carrego o questionamento da definição das situações enquanto violência, uma vez que poucas vezes há o reconhecimento do termo pelas vítimas. Muitas vezes são tratadas enquanto momentos de constrangimento e humilhação.

Para além disso, como fruto da relação conflituosa entre comunidade universitária e UFRRJ, há também um comportamento problemático por parte dos alunos. O desconhecimento de todo esse mecanismo as vezes respaldam um discurso equivocado sobre o desfecho de cada caso. Como mencionado

também pela professora Luena que atuou na pesquisa ilustrando o ponto de vista institucional, os estudantes em situações de necessidade não buscam o auxílio da instituição da forma correta e não sabem a quem atribuir responsabilidade que culmina muitas vezes creditando o fracasso de uma situação a PROAES.

Diante de toda essa situação a comunidade universitária se organiza como resposta e constroem dispositivos como alternativa de assistência que não é realizada pela Instituição.

A violência que se faz presente na Universidade somada a falta de uma supervisão maior quanto a isso, impulsiona a organização dos frequentantes em grupos formados a partir da demanda comum que os une. Esses grupos atuam no espaço como ponto de apoio, assistência e espaço de acolhimento as vítimas da violência que se materializa cotidianamente. Como foi afirmado pelos próprios participantes em entrevista.

Os alunos que se enxergam em um estado permanente de sujeição acionam outros dispositivos de poder, enquanto resposta há uma relação de poder desigual e hierárquica. Assim os coletivos também se apresentam enquanto foco de resistência.

O papel desses coletivos compreendidos como resposta a uma situação posta, não compreende uma interpretação exclusiva minha, mas se fez presente na descrição de seus participantes em entrevista quando questionado as suas perspectivas sobre o que são os coletivos de acordo com suas próprias experiências.

A proposta desses coletivos, enquanto ponto de apoio, assistência e reivindicação são alcançadas não só no momento em que são reconhecidos pela comunidade universitária por isso, como também quando são trazidos pelas vítimas quando contam sobre sua história atuando nos momentos de necessidade.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Janaina. **Violência institucional em maternidades públicas**: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. São Paulo: Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2010.

AGUIAR, Janaina Marques de. OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas d'. SCHARAIBER, Lilia Blima. **Violência institucional, autoridade médica e poder nas maternidades sob a ótica dos profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública 29 (11), p. 2287- 2296, novembro. 2013.

ALVES, Ana Carla Farias. ALVES, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. Fortaleza: IV Seminário CETROS- Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, p. 113- 121, maio, 2013.

BANDEIRA. Lourdes. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006**. Brasília: Sociedade e Estado, v. 24, n. 2, p. 401- 438, Mai/Ago, 2009.

BARRETO, Maria Cristina Rocha. **Sociologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2011.

BEDIN, Gilmar Antônio. CITTADINO, Gisele Guimarães. ARAÚJO, Flovivaldo Dutra. **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito. 2015.

BUTLER, Judith. **Sujeitos do sexo / gênero / desejo** in Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: 1ª edição. Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Regulações de gênero**. Campinas: Cadernos Pagu (42), p. 249- 274, Jan./Jun. 2014.

CARNEIRO, Rosamaria Resenhas e críticas. RESENDE, Claudia Barcellos. COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das emoções**: retomando concepções e consolidando campos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, série sociedade e cultura, p. 136, 2010.

CORRÊA, Mariza. SOUZA, Érica Renata (orgs.). **Vida em família**: uma perspectiva comparativa sobre crimes de “honra”. Campinas: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP. 2006.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Niterói: Gênero, v.5, n.2, p.9- 35, 1º semestre 2005.

DAS, Veena. **O ato de testemunhar**: violência, gênero e subjetividade. Campinas: Cadernos Pagu (37), Jul/Dez, 2011.

GIFFIN, Karen. **Violência de gênero, sexualidade e saúde**. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública, v.10 (supl.1), p. 146- 155, 1994.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. Campinas: Cadernos Pagu (22), p. 201- 246, 2004.

HENNING, Carlos Eduardo. **Gênero, sexo, e as negações do biologicismo**: comentários sobre o percurso da categoria gênero. Revista Artêmis, v.8, p. 57-67, Jun 2008.

FERNANDES, Luís. **A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência cotidiana**. QuAderns-e: intitut catalã d' Antropologia, n. 19 (1), p. 175- 186, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir história da violência nas prisões**. Petrópolis: 20ª edição, Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: 13ª edição, Edições GRAAL Ltda, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. **(Continuar)**

GUERCI, Antonio. CONSIGLIERE, Stefania. **Por uma Antropologia do Dor**. Florianópolis: Ilha, n. 0, p.57- 72, Outubro, 1999.

HEILBORN, Maria Luiza. **Usos e Abusos da Categoria de Gênero**, In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.), Y Nosotras latinoamericanas? estudos sobre Gênero e raça. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, p. 39-44, 1992.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MAUSS, Marcel. **A expressão obrigatória dos sentimentos (Rituais orais funerais obrigatórios)**, in: **(Continuar)**

MATTOS, Marlize. **Movimento e teoria feminista**: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? Curitiba: Revista de Sociologia e Política; v. 18, n. 36, p. 67- 92, Jun. 2010.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Violência, gênero e cotidiano**: o trabalho de Veena Das. Campinas: Cadernos Pagu (34), p.357- 369, Jul/Dez, 2010.

PISCITELI, Adriana. **Gênero**: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Albuquerque de. SZWAKO, José. Diferenças e igualdades. São Paulo: Berlendis e Vertecchia Editores, 2009.

REILBORN, Maria Luiza. SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil**, In: MICELI, Sérgio (org.), O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995), AMPOCS, CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183- 221, 1999.

RINALDI, Alessandra de Andrade. **Solidariedade, localidade, filiação e a “nova cultura da adoção” no município do Rio de Janeiro**. Fazendo Gênero: Diásporas Diversidade, Deslocamentos, 23- 26/ Ago. 2010.

RUBIN, Gayle. BUTLER, Judith. **Tráfico sexual – entrevista**. Campinas: Cadernos Pagu (21), p. 157- 209, 2003.

VIANNA, Adriana. FARIAS Juliana. **A guerra das mães**: dor e política em situações de violência institucional. Campinas: Cadernos Pagu (37), p. 79- 116, Jul/Dez, 2011.

SARTI, Cintia A. **Corpo, violência e saúde**: a produção da vítima. Revista Latinoamericana, n. 1, p. 89- 183, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Novo dicionário da língua portuguesa. Porto Alegre: Educação e Realidade; v. 20, n.2, p. 71- 99, Jul/Dez, 1995.

SILVA, Ariana Mara da. **Gênero versus mulheres versus mulher**: as ondas do feminismo no cone Sul e a construção historiográfica da história das mulheres. Anais do Colóquio Nacional do Estudo de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, p. 39-45.

STRATHERN, Marilyn, **Necessidade de pais, necessidade de mães**. Estudos Feministas, ano 3, n.2/95, p.303- 329, 2º Semestre, 1995.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Florianópolis: 14 (1), p.15- 42, Jan/Abr, 2006.